

FOTOS: GERALDO MAGELA



Plenário do Senado aprova proposta de emenda à Constituição que colocou governadores e prefeitos em campo oposto ao da OAB, contrária à negociação de deságios

Alívio para os municípios

A proposta que define regras para o pagamento de precatórios, aprovada pelo Senado, representa um alívio para os municípios, cuja situação

financeira se agravou nas últimas semanas. As dívidas com precatórios chegam a R\$ 100 bilhões, segundo Kátia Abreu. A proposta aprovada,

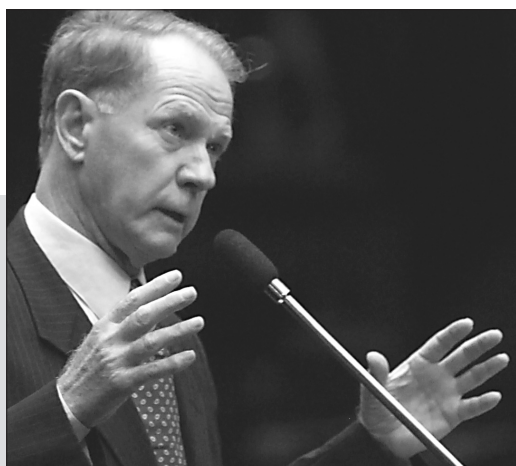
que vai ao exame da Câmara, estabelece o mecanismo de deságio: receberá primeiro o credor que aceitar o maior desconto.

páginas 4 e 5

em pauta

Anistia a quem deve até R\$ 10 mil

página 3



Gerson Camata aponta *lobby* de hospitais "para não perderem lucro com UTIs lotadas"

Ortotanásia: fim de sofrimento pode deixar de ser crime

Proposta de Gerson Camata permite que pacientes terminais optem por suspender o combate à doença, passando a ter assistência médica e psicológica apenas para aliviar a dor. A ortotanásia deixaria de ser considerada crime pelo Código Penal.

páginas 8 e 9

homenagem

José Sarney despede-se de Raúl Alfonsín

página 13

justiça

Plenário limita prisão especial a quem corre risco

página 7

resposta

Virgílio diz que não indicou diretor para o Senado

página 12

e mais...

projetos aprovados	6
agora é lei	10
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Justiça ao alcance de todos: como buscar seus direitos

Processos simplificados, que buscam a conciliação das partes, tornam os juizados especiais um instrumento de democratização do acesso à Justiça. O *Especial Cidadania* explica como funciona esse mecanismo que coloca a Justiça ao alcance de todos.

página 16

agenda

Plenário pode votar fim da fiança para emprego

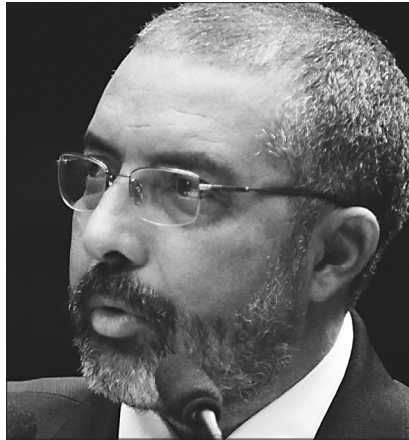
Também deve ser apreciado pelos senadores o projeto que permite a quebra de sigilo de dados cadastrais e bancários para a investigação de crimes

O Plenário pode votar nesta semana substitutivo ao projeto que proíbe a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Antes, porém, a pauta deverá ser desobstruída com a votação da MP 449, que anistia pequenos devedores (*leia mais na página 3*).

Segundo o PLC 103/05, o empregador infrator estará sujeito ao pagamento de indenização ao empregado ou ao candidato prejudicado. O valor da indenização poderá ser de até três vezes o salário estabelecido para o cargo em questão.

O projeto, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator foi Paulo Paim (PT-RS).

Também poderá ser apreciado pelos senadores o Projeto



Paim relatou na Comissão de Assuntos Sociais a proposta que altera a CLT

de Lei Complementar 140/07, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que permite a quebra de sigilo de dados cadastrais e bancários para investigação de crimes. Pelo projeto, os dados que informam nome, endereço residencial ou comercial, estado civil, identidade e cadastro

de pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ) deverão ser acessíveis para efeito de investigação de ilícito penal.

Também deixarão de ser sigilosos os dados que informam em quais instituições financeiras a pessoa investigada mantém conta de depósitos, aplicações ou investimentos, bem como o número da conta e a agência bancária.

Também nesta semana, deve ser realizada a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição 7/08, que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter sua Defensoria Pública, tal como ocorre em todos os estados. De autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), a PEC modifica três artigos da Constituição.

MAIORIDADE PENAL – O texto que reúne seis propostas de emenda à Constituição que tratam de maioria penal (PECs 20/99, 18/99, 90/03, 26/02, 03/01 e 09/04) voltou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quase dois anos após ter sido aprovado. Duas emendas de Plenário ao texto do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), aprovado em 26 de

abril de 2007, devem ser examinadas. A primeira, de Magno Malta (PR-ES), pretende que menores de 18 anos possam ser imputáveis por crimes hediondos. A outra, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), prevê que lei complementar determine os crimes que possam desconsiderar o limite à imputabilidade penal, até 16 anos, definindo também as condições e as formas dessa exceção.

comissões

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Safra – Audiência pública para discutir a antecipação de crédito para o Plano Safra. Estão convidados o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e representantes do Banco do Brasil, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e do Ministério da Fazenda.

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadores – Os senadores analisam duas indicações presidenciais de diplomatas para ocupar embaixadas brasileiras no exterior: Orlando Galvêas Oliveira, para Camarões, e Francisco Carlos Soares Luz, para a Tanzânia.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Agravante – Entre os 22 itens previstos na pauta, os senadores examinam projeto que altera o Código Penal para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Municípios – Audiência pública para debater a diminuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e seus efeitos para as

prefeituras. O debate abrange também a medida provisória (MP 457/09) que trata do parcelamento de débitos de responsabilidade dos municípios e o consequente impacto na Previdência Social. Participam da discussão a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira; a deputada Rose de Freitas, relatora da MP; e os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, e da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva. Antes da audiência, a comissão vota, em turno suplementar, substitutivo ao projeto que altera a Lei 10.420/02 para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.

11h – EDUCAÇÃO

Livro – O primeiro item em pauta é o projeto que cria, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, com o objetivo de garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio. Outro projeto a ser analisado institui o Dia Nacional do Sistema Braille.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Embalagens – Na pauta, projeto que trata de medidas para a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. A matéria já foi analisada na última reunião e teve parecer favorável com cinco emendas.

A comissão vota ainda requerimento para a realização de audiência pública sobre medida provisória que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

14h – REGIMENTO INTERNO

Mudanças – A comissão temporária debate propostas para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

14h – CPI DAS ONGS

Debate – A comissão parlamentar de inquérito vota requerimentos para a realização de audiências públicas e para a tomada de novos depoimentos.

14h30 – EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Carta – Reunião conjunta para a entrega da “Carta das responsabilidades para enfrentamento das mudanças ambientais globais”, resultado da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Foram convidados o presidente do Congresso Nacional, José Sarney; a presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, deputada Maria do Rosário; o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, deputado Roberto Rocha; e o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara, deputado Sarney Filho.

Comissão analisa embaixadores para Camarões e Tanzânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, nesta terça-feira, a partir das 9h30, as indicações dos diplomatas Orlando Galvêas Oliveira e Francisco Carlos Soares Luz para as embaixadas brasileiras junto à República de Camarões e à Tanzânia, respectivamente.

A indicação para Camarões é relatada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e para Tanzânia, por Renato Casagrande (PSB-ES).

Na semana passada, a possibilidade de participação do Brasil no processo de paz do Líbano foi ressaltada na reunião em que foi aprovado parecer favorável da CRE ao novo embaixador brasileiro em Beirute, Paulo Roberto Campos Tarrisse

da Fontoura. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), recordou sua própria origem libanesa.

Na mesma reunião, a comissão aprovou pareceres favoráveis às indicações de Paulo Wangner de Miranda para o cargo de embaixador em Granada, e de Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho para exercer o cargo de embaixador junto a Barbados.

No início da reunião, o presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, que exerceu, na sua opinião, um papel fundamental na redemocratização de seu país, além de sempre haver sido um “amigo do Brasil”.

CAE examina projeto que isenta materiais escolares do IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar nesta terça-feira, em decisão terminativa, projeto de José Agripino (DEM-RN) que isenta da aplicação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) diversos materiais escolares. A matéria (PLS 160/07) ainda estabelece alíquota zero nas contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. A CAE analisa

ainda, em turno suplementar, o PLS 266/03, que inclui os proprietários rurais de áreas inferiores a quatro módulos fiscais, denominados “parceiros outorgantes” em contratos agrários, como beneficiários do Fundo de Garantia-Safra. Também será examinada a mensagem que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito de até US\$ 83,45 milhões junto ao Bird, para financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – A chamada MP das Dívidas (MP 449/08), que perdoo dívidas de até R\$ 10 mil de empresas e pessoas físicas com a Receita Federal e com a Procuradoria

Geral da Fazenda Nacional, tem prioridade de votação sobre as demais matérias. A Câmara transformou a medida em projeto de lei de conversão (PLV 2/09).

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta e sexta-feira

Semana Santa

Quarta-feira

9h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Combustíveis – Além de 25 projetos de decreto legislativo que autorizam a exploração de serviços de radiodifusão em várias cidades, a comissão vota requerimento para que os debates sobre a sistemática de formação de preços dos combustíveis sejam realizados em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA).

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Prisão especial – A pauta contém 57 itens para votação. O primeiro deles altera o Código de Processo Penal e o Código de Processo Penal Militar,

determinando a revogação do instituto de prisão especial para diplomados em nível superior. Constam ainda da pauta outras propostas que tratam de matéria penal, como projeto sobre a repressão ao crime organizado; o processo e o julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal e normas para a proteção à vítima e à testemunha de delito. Outra proposta altera os códigos de Trânsito Brasileiro e Penal, aumentando as penas dos crimes e determinando que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para suspensão cautelar da habilitação do condutor. Os senadores examinam ainda projeto que modifica a Lei das Licitações para determinar que o poder público dê prioridade à compra de papel reciclado.

tributação

Senado analisa anistia a dívidas de até R\$ 10 mil

Medida provisória 449/08 perdoou pendências tributárias anteriores a dezembro de 2002 e permitiu o parcelamento de outros débitos

Chega ao Senado para discussão, com possibilidade de votação já nesta semana, a MP 449/08, que perdoa dívidas com a Receita Federal ou a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (dívida ativa da União) de até R\$ 10 mil, tanto de empresas quanto de pessoas físicas, e estabelece novas regras para parcelamento de débitos de tributos federais, inclusive para quem desistiu ou foi excluído de programas anteriores de refinanciamento. A MP sofreu emendas na Câmara e passou a se chamar, por isso, projeto de lei de conversão (PLV 2/09).

Como outras MPs, essa também acaba misturando diversos temas (são 75 artigos). Além da anistia fiscal, destacam-se a criação de um Conselho Administrativo de Recursos

Fiscais e a autorização para que a União ajude economicamente os produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste e do estado do Rio de Janeiro, para a safra 2008/2009, e ainda a permissão para que o governo federal compre a safra de açúcar das usinas do Nordeste.

É o quarto programa de parcelamento de dívidas federais desde 2000, três deles nas gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo a Fazenda Nacional, na época da edição da MP (novembro de 2008), as dívidas

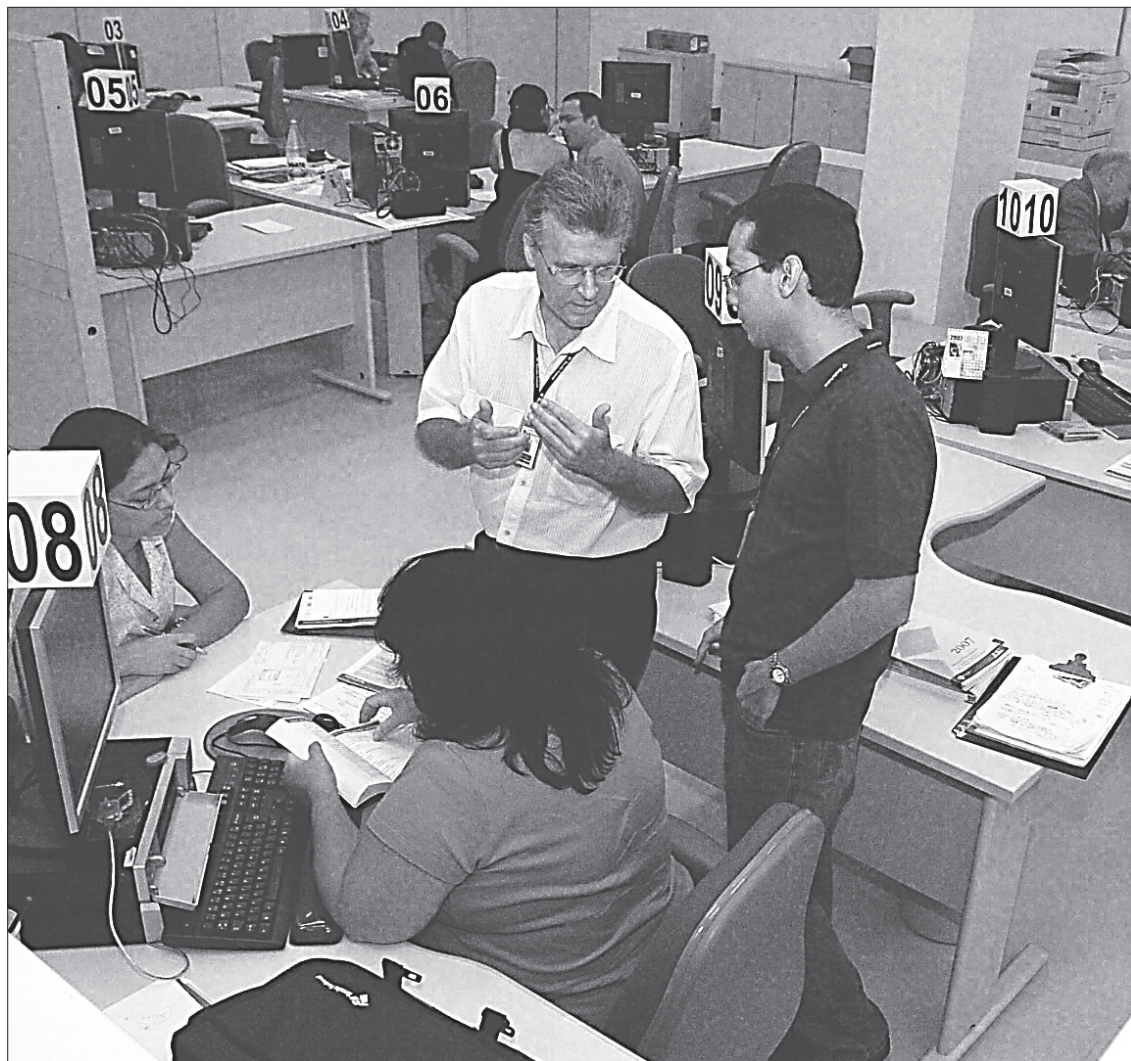
perdoadas chegavam a R\$ 3,56 bilhões, beneficiando 2,1 milhões de contribuintes. Os débitos até dezembro de 2002, que serão perdoados, deverão ser “limpos” do cadastro do governo.

Na última quinta-feira, o balanço divulgado pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Adams, mostrou os efeitos da MP. O valor da anistia chegou a R\$ 3 bilhões, o que representa 0,46% do total da dívida ativa da União, de R\$ 651 bilhões, conforme o procurador. Foram beneficiados 1,156 milhão de contribuintes, dos quais 356 mil pessoas físicas e 800.585 pessoas jurídicas. Em nota, o procurador ressaltou a economia que a medida deverá trazer com a eliminação de 350,6 toneladas de papel.

Se for comparado ao volume de dinheiro que entra no caixa da União, o montante dos débitos “perdoados” é também insignificante. No ano passado, o governo federal arrecadou R\$ 701,4 bilhões com impostos e contribuições, um aumento de 7,68% sobre a arrecadação registrada em 2007.

A lista dos contribuintes inscritos na dívida ativa deverá ser divulgada na internet a partir de 1º de julho. O procurador esclareceu que não constarão os dados dos que parcelaram, questionaram na Justiça ou ofereceram garantias.

Benefício atinge quase 58% dos inscritos na dívida ativa



Plantão da Receita Federal na cidade de São Paulo para responder a dúvidas dos contribuintes

Prazo para parcelamento se encerrou no dia 31

O texto do PLV 2/09, aprovado pela Câmara em apenas três semanas de tramitação, acabou sofrendo poucas alterações, considerando as 371 emendas apresentadas pelos deputados. De acordo com a medida provisória, poderão ser parceladas dívidas – antigas, já parceladas, ou recentes sem parcelamento – que em 31 de dezembro de 2007 somavam até R\$ 10 mil e estavam vencidas havia pelo menos cinco anos. O limite é considerado separadamente para contribuições sociais e outros débitos inscritos na dívida ativa e demais débitos administrados pela Receita.

O prazo para inscrição no parcelamento se encerrou na última terça-feira. Puderam aderir

as pessoas físicas ou jurídicas cujas dívidas tenham vencido até 30 de novembro de 2008, inclusive aquelas enquadradas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), no Parcelamento Especial (Paes), no Parcelamento Excepcional (Paex), no parcelamento pela Lei Orgânica da Seguridade Social ou pela Lei do Cadin e no aproveitamento indevido de créditos do IPI relativos à compra de matérias primas, material de embalagem e produtos intermediários.

Quem já pediu parcelamento da dívida seguindo as regras da MP original, que foi modificada pelos deputados, teve a chance de optar pelos novos critérios, menos restritivos, que deverão constar da lei a ser aprovada

pelo Congresso. O relator da MP na Câmara, Tadeu Filippelli (PMDB-DF), acertou com o governo uma fórmula de parcelamento em que a prestação mínima deverá ser o equivalente a 85% da última parcela devida antes da edição da MP.

Na discussão no Plenário da Câmara, destaques apresentados pelo PSDB foram rejeitados. O partido queria reabrir, por 12 meses, o prazo para as santas casas de misericórdia e outras entidades hospitalares apresentarem documentos necessários ao parcelamento previsto na Lei 11.345/06, que criou a Timemania. Outra emenda pretendia excluir do texto todo o capítulo destinado às regras do parcelamento de dívidas.

O custo do perdão



O valor global da anistia é de **R\$ 3 bilhões**

O valor representa apenas **0,46%** da dívida ativa da União, atualmente em **R\$ 651 bilhões**

356 mil pessoas físicas e **800,5 mil** pessoas jurídicas foram beneficiadas pela MP

O que é anistia fiscal

A anistia fiscal, comum em situações de recessão ou grandes dificuldades financeiras na história do país, é uma espécie de “gesto de clemência” do Estado em favor dos contribuintes.

Na definição de Paulo de Barros Carvalho, professor titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP e chefe do Departamento de Direito Econômico e Financeiro da mesma faculdade, “anistia fiscal é o perdão de falta cometida pelo infrator de deveres tributários e também quer dizer o perdão da penalidade a ele imposta por ter infringido mandamento legal”.

Segundo o Código Tributário Nacional, a anistia fiscal alcança apenas as multas e demais penalidades, não abrangendo o tributo propriamente.

Em um de seus diversos livros, o doutor em Direito e advogado tributarista Sacha Calmon Navarro Coêlho explica que a anistia “diferencia-se da remissão porque esta dispensa o pagamento do tributo. A anistia dispensa o pagamento das multas que punem o descumprimento das obrigações tributárias”.

O artigo 180 do código ressalva que a anistia abrange exclusivamente as infrações ou contravenções cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Como será o parcelamento

A MP 449/08 concede perdão a débitos com a União dos contribuintes pessoa física ou jurídica, de até R\$ 10 mil, que tenham vencido há mais de cinco anos contados retroativamente a partir de dezembro de 2007, ou seja, até dezembro de 2002.

O prazo máximo de parcelamento foi fixado em 180 meses e a correção será pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo, em 6,75%) ou por 60% da taxa Selic (atualmente em 11,25%).

Cada prestação mensal não poderá ser inferior a R\$ 50 para a pessoa física e a R\$ 100 para a pessoa jurídica.

No cálculo do débito consolidado, serão dados descontos de 20% a 100% sobre as multas (mora, ofício ou isoladas) e sobre os juros de mora.

precatórios

Novas regras desafogam cofres

Oposição da OAB não impede aprovação da PEC, que prevê leilões de deságio

O Senado já conseguiu dar uma primeira resposta ao agravamento da crise financeira dos municípios: aprovou no Plenário, na quarta-feira, a PEC dos Precatórios, que institui novas regras para o pagamento das dívidas em atraso dos estados e municípios decorrentes de sentenças judiciais. O total das dívidas estaria em R\$ 100 bilhões, pelos cálculos divulgados pela relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Essa decisão colocou ponto final em uma queda de braço entre governadores e prefeitos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se arrastava havia três anos, quando o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06), elaborada por um grupo de trabalho liderado pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

O maior obstáculo para o entendimento foi o mecanismo de leilão de deságio, pelo qual recebe primeiro quem aceitar um desconto maior. Contrária ao leilão, a OAB afirma que o projeto institucionaliza o calote, prejudicando os credores.

No entanto, a posição da OAB, segundo a Frente Nacional de Prefeitos e alguns senadores, se deve ao fato de que grandes escritórios de advocacia já teriam adquirido boa parte dos precatórios de maior valor, principalmente de pagamentos de desapropriações. "Foram adquiridos com deságio. E os escritórios querem receber pelo valor de face", afirma o coordenador da área de precatórios da frente, o prefeito do município paulista de Diadema, Mário Reali, do PT.

Alguns precatórios, conforme Reali, são negócios tão atraentes que mesmo que a prefeitura queira devolver a área desapropriada, o proprietário recusa recebê-la. Isso porque o valor definido pelos tribunais, com a inclusão de juros e multa, além da correção da inflação, multiplica a quantia inicial.

Em São Paulo, por exemplo, o valor de uma área desapropriada, que em 1999 era de R\$ 23,8 milhões, gerou um precatório de R\$ 71 milhões. Se a correção fosse feita pelo rendimento da poupança, o precatório seria de R\$ 48,7 milhões (veja outros casos na página ao lado).

O texto aprovado pelo Senado, segundo Reali, também permite às prefeituras e aos governos planejarem os pagamentos, sem interrupções, pelas ordens de sequestro decididas pela Justiça, estabelecendo prioridades como aos idosos nos precatórios alimentícios e dando garantias de recebimento aos credores, ao vincular percentual da receita corrente líquida anual para pagar as dívidas em atraso.



FOTOS: JOSÉ CRUZ



Renan Calheiros (acima, E) conversa com Demostenes Torres. Ao lado, o ex-prefeito do Recife João Paulo (E) e o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na CCJ, enquanto Kátia Abreu lê seu relatório (abaixo)



Idosos terão preferência em dívidas de baixo valor

Estados e municípios que estiverem com pagamentos de precatórios atrasados terão que obedecer às novas regras estabelecidas pela PEC durante a vigência do regime especial temporário. Eles poderão optar por parcelar as dívidas em 15 anos ou destinar anualmente um percentual fixo de sua receita corrente líquida para pagar os precatórios, a ser depositado em uma conta especial.

Os credores acima de 60 anos terão prioridade no recebimento dos precatórios alimentícios

(aposentadorias, benefícios previdenciários, salários, entre outros). Essa precedência será uma regra permanente.

Mas haverá um limite para o pagamento aos idosos: de 90 salários mínimos no caso dos municípios e de 120 salários mínimos para os estados. Se o valor do precatório ultrapassar esse limite, o que exceder ficará sujeito aos outros mecanismos de pagamento. Ou seja, terão de entrar nos leilões de deságios ou entrar na fila por ordem crescente de valor.

Os idosos não poderão completar o recebimento do precatório alimentício com a regra para as obrigações de pequeno valor. "Essas regras não se casam", explica a assessora da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Para as obrigações de pequeno valor, por exemplo, com fornecedores, os limites serão fixados pelos governos estaduais e prefeituras. No caso de alguma unidade da Federação não editar a sua lei, valerão os tetos constitucionais de 30 salários mínimos para os municípios e 40 para os estados.

Percentual da receita de estados e municípios financia regime especial

A PEC estabelece critérios para o comprometimento de parcela da receita corrente líquida (RCL) que deverá ser destinada anualmente ao pagamento de precatórios. De acordo com o total de dívidas em atraso, o estado ou o município será enquadrado em uma das quatro faixas fixadas pela PEC, que variam de 0,6% da RCL, para os que tiverem precatórios em atraso correspondentes a até 10% da RCL, até 1,5% no caso dos municípios com mais de 35% da RCL em dívidas atrasadas. Para estados nas mesmas condições, o máximo de comprometimento anual é de 2% da RCL (veja quadro ao lado).

A maior fatia (60%) dos recursos, depositados em uma conta especial sob responsabilidade do Judiciário, servirá para pagar os credores por meio de leilão eletrônico de deságio. O credor que oferecer em sua proposta o desconto mais alto receberá primeiro. Por exemplo, se nessa disputa um credor apresentar um deságio de 50% e outro oferecer 60%, o segundo receberá primeiro.

O regime especial suspende o pagamento por ordem cronológica de apresentação do precatório. A parcela restante de 40% dos recursos depositados na conta especial será destinada para pagar os credores que não quiseram entrar no leilão e que serão atendidos por ordem crescente de valor. Ou seja, os precatórios de menor valor serão pagos primeiro.

O valor dos precatórios será atualizado pela correção da poupança (TR mais 0,5% ao mês). Durante a vigência desse regime especial, os estados e os municípios não poderão ser punidos com sequestro de valores decretado pela Justiça. No entanto, os estados e os municípios que descumprirem as regras definidas pela PEC sofrerão várias punições, como a retenção dos recursos dos fundos de participação, suspensão das transferências voluntárias da União, proibição de novos empréstimos, sequestros por ordem judicial e penalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prefeitos já fazem lobby na Câmara

A Frente Nacional de Prefeitos já se articula para que a Câmara não ceda a pressões da OAB e modifique o texto do Senado. Um dos argumentos é que os cofres municipais perderam cerca de R\$ 2,1 bilhões em repasses federais ao seu Fundo de Participação, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, por conta das desonerações fiscais feitas pelo governo para setores, como automóveis e construção civil.

O presidente da frente, o ex-prefeito do Recife, João Paulo (PT), esteve com o presidente da Câmara, Michel Temer, que se comprometeu a reunir os líderes para apressar a votação da PEC dos Precatórios. "Nós queremos pagar, mas sem inviabilizar as finanças dos municípios e descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmou João Paulo.

Na sexta-feira, no Plenário do Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs ao governo a suspensão da cobrança da dívida previdenciária dos municípios.

O que foi aprovado

Os estados e municípios poderão optar por:

- a) regime especial para o parcelamento em 15 anos ou b) destinar um percentual fixo anual de sua receita corrente líquida (RCL) para o pagamento.

No caso da opção "B", aplica-se:

Estados		Municípios	
RCL (receita líquida)	Percentual de precatórios em relação à RCL	RCL (receita líquida)	Percentual de precatórios em relação à RCL
0,6%	até 10%	0,6%	até 10%
0,8%	de 10% a 15%	0,8%	de 10% a 15%
1,5%	de 15% a 35%	1,0%	de 15% a 35%
2,0%	Mais de 35%	1,5%	Mais de 35%

Situação atual dos precatórios de 21 estados

(Valores de 2007 - Em R\$ milhões)

UF	RCL (receita corrente líquida)	Precatórios devidos	Precatórios pagos	Percentual de precatórios pagos	Percentual previsto com nova regra
ES	6.368	6.975	14	0,2%	2,0%
DF	8.165	3.710	87	1,1%	2,0%
PR	12.469	3.739	137	1,1%	1,5%
RS	13.991	3.969	22	0,2%	1,5%
SP**	70.568	16.280	1.707	2,4%	1,5%
MT	4.882	1.027	7	0,1%	1,5%
AL	3.105	510	7	0,2%	1,5%
MG**	23.804	3.583	428	1,8%	1,5%
PI	3.054	301	17	0,6%	0,6%
BA	12.585	1.150	25	0,2%	0,6%
RJ	26.850	2.403	74	0,3%	0,6%
GO	7.600	593	18	0,2%	0,6%
PB	3.669	223	5	0,1%	0,6%
SC	8.498	398	18	0,2%	0,6%
TO*	3.451	124	0	0,0%	0,6%
MA	4.900	163	29	0,6%	0,6%
AC	1.933	50	0	0,0%	0,6%
SE	3.103	79	13	0,4%	0,6%
RN**	3.957	92	44	1,1%	0,6%
PE	8.301	87	41	0,5%	0,6%
AM	5.332	14	16	0,3%	0,6%
TOTAL	233.135	45.346	2.707	1,2%	---

* refere-se a 2008

** passarão a pagar menos

Fonte: Estados e assessoria da senadora Kátia Abreu

Como funciona o cálculo

Exemplo: Goiás

RCL 2007:

R\$ 7,6 bilhões

Precatórios 2007:

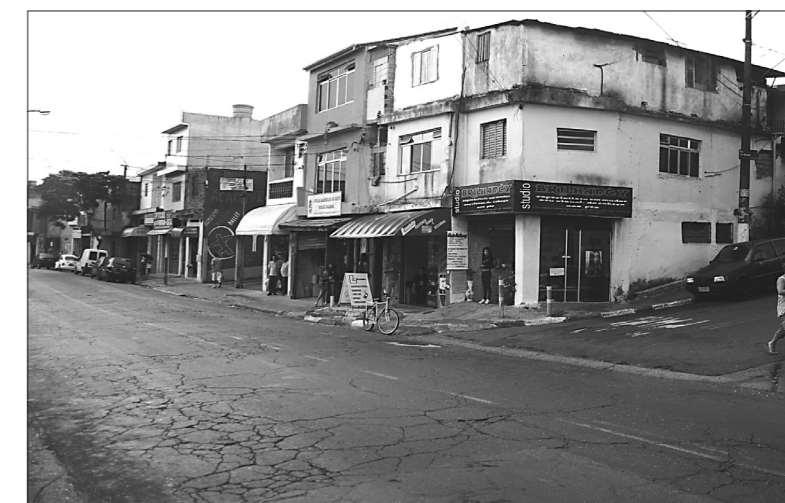
R\$ 593 milhões

Percentual de precatórios em relação à RCL:

7,8%

RCL	Percentual de precatórios em relação à RCL
0,6%	até 10%
0,8%	de 10% a 15%
1,5%	de 15% a 35%
2,0%	Mais de 35%

Terá que destinar 0,6% da RCL para pagar precatórios



De favela a núcleo habitacional, a conta da desapropriação ficou para a prefeitura pagar. A área vale quase um terço do que é cobrado na Justiça

Precatório de R\$ 10 mi ameaçou pagamento de salário em Diadema

Quando o arquiteto e urbanista Mário Reali assumiu a prefeitura de Diadema (SP), em janeiro deste ano, foi surpreendido por uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que decretara no final de dezembro o sequestro de R\$ 10,14 milhões do município para pagamento de precatório. O valor, lembra o prefeito, correspondia a nada menos do que 20% da receita daquele mês.

O precatório referia-se a uma contenda de 20 anos em que a prefeitura negociou a transformação de uma área particular, de 39,5 mil metros quadrados, ocupada por uma favela, para núcleo habitacional. Só que o custo dessa "desapropriação indireta", como classifica o prefeiteiro, acabou transferido para os cofres do município. A avaliação de mercado da área, de R\$ 3,8 milhões, corresponde a quase um terço do precatório.

Reali conta que essa dívida não era a primeira da fila, mas teve de ser paga por ordem da

Justiça. "A prefeitura entrou com recurso junto ao STF e o dinheiro está preso enquanto não há decisão. Esse caso evidencia o que acontece com a maioria dos precatórios, envolta nesse imbróglio judicial", diz ele, que coordena a área de precatórios da Frente Nacional de Prefeitos. O credor ainda não recebeu o dinheiro.

Para não atrasar os salários em 15 de janeiro, Reali teve que lançar mão dos recursos federais, vinculados à saúde e à educação, porque não dispunha de receita dos impostos municipais - que só entram no final do mês - nem dos repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Fiz um malabarismo. Atrasei o pagamento aos fornecedores e ainda estou repondo os valores que usei para pagar a folha", confidencia Reali. Diadema possui estoque de precatórios de R\$ 190 milhões, dos quais R\$ 10 milhões em alimentícios.

Dívidas inusitadas levam a valores exorbitantes definidos pela Justiça

Casos de prefeituras em dificuldade foram citados nos debates no Plenário e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O município de Serrana, vizinho a Ribeirão Preto, no interior paulista, talvez apresente uma das histórias mais inusitadas. Quem conta é o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Uma banda amadora que tocava aos domingos na praça da matriz requereu direitos trabalhistas como se houvesse trabalhado todos os dias durante 20 anos. Informações relatadas à entidade de prefeitos dão conta de que o trabalho da banda era voluntário.

No entanto, em 2003, foi decretado o sequestro de R\$ 877,86 mil, correspondente a uma folha de salários do funcionalismo e 45% da arrecadação mensal da prefeitura. Na época, cerca de R\$ 490 mil repassados a Serrana pelo governo federal para a educação foram retidos pela Justiça. Em outro processo no mesmo município, a desapropriação de um terreno de quase 200 mil metros quadrados, avaliado em R\$ 826,2 mil, trans-

formou-se em precatório de mais de R\$ 10 milhões, comprometendo 26,4% do seu orçamento anual.

Caso semelhante ocorreu em São Carlos (SP), cuja desapropriação de 17 mil metros quadrados para construir uma praça em bairro popular virou uma bola de neve estimada em R\$ 13,5 milhões. A área está avaliada a preço de mercado em R\$ 3,5 milhões, segundo dados da Frente Nacional de Prefeitos. A prefeitura discute na Justiça a possibilidade de devolver 90% da área. Mas mesmo assim ainda ficaria devendo mais de R\$ 5 milhões. Em Campina Grande, na Paraíba, o valor do sequestro foi tão elevado que o prefeito reduziu as suas atividades apenas para meio expediente, segundo o presidente da frente de prefeitos, João Paulo Lima e Silva.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) foi a terceira relatora da PEC dos Precatórios, depois de César Borges (PR-BA), o primeiro, e Valdir Raupp (PMDB-RO), cujo substitutivo foi aprovado pela CCJ em junho do ano passado.



Com 40% do orçamento comprometido por um precatório, Santo Antônio do Pinhal decretou estado de emergência em 2005

Sequestro judicial fechou prefeitura no interior paulista

Em Santo Antônio do Pinhal, um dos principais municípios turísticos da serra da Mantiqueira paulista, com 7 mil habitantes e 53 pousadas, o jovem prefeito Augusto Pereira, de 31 anos, não teve escolha. No seu primeiro mandato, em 2005, foi obrigado a decretar estado de emergência e fechar a prefeitura por uma semana.

O motivo foi uma ordem de sequestro do Tribunal de Justiça

de São Paulo para pagar um precatório que comprometia 40% do orçamento da prefeitura. "Uma das áreas desapropriadas está avaliada em R\$ 200 mil. Mas o precatório é de quase R\$ 7 milhões", afirma.

A prefeitura só voltou a funcionar porque Pereira demonstrou a impossibilidade de assegurar a governabilidade do município e cumprir a sentença. "Não teríamos como comprar remédios nem me-

renda escolar", garante.

Mesmo assim, a prefeitura conseguiu fazer alguns depósitos. Mas, em 2007, o novo presidente do tribunal ordenou o sequestro. "Entramos com recurso no Supremo e suspendemos os pagamentos", conta Pereira. Presente à votação da PEC, no Senado, o prefeito diz que a esperança dele e dos demais colegas é a votação da proposta o quanto antes no Congresso.

decisões

Executivo pode ter que juntar carta de intenções ao PPA

Proposta obriga envio de Carta de Responsabilidade Econômico-Social junto com o Plano Plurianual

O Poder Executivo pode ser obrigado a enviar uma Carta de Responsabilidade Econômico-Social acompanhando o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA). A proposta de emenda à Constituição (PEC 19/03), do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

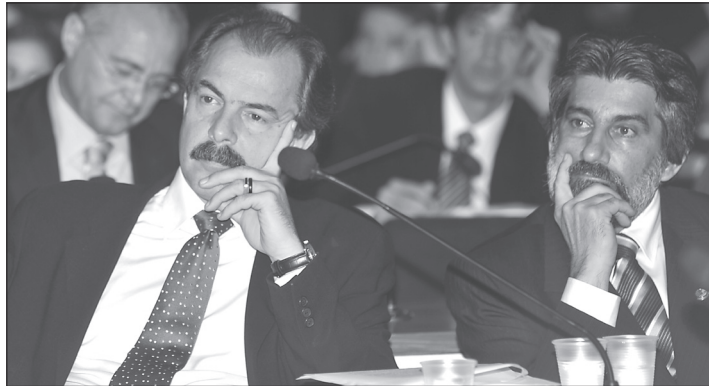
A carta deverá conter parâmetros e metas econômico-sociais relativos à elaboração e para o período de validade do PPA, à semelhança das cartas de inten-

ções usadas nos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), "por meio dos quais esse organismo estabelece os critérios e aferidores da política macroeconômica e monitora sua implementação". Segundo Mercadante, com a carta o governo expressaria seu compromisso "não com um organismo internacional, mas com a sociedade brasileira".

— A Carta de Responsabilidade Econômico-Social representaria uma profunda mudança institucional e um mecanismo eficaz de controle social e democrático do Estado pela sociedade civil.

A proposta segue agora para as comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(CDH), e de Educação, Cultura e Esporte (CE), antes da votação em Plenário.



Aloizio Mercadante e Valdir Raupp na reunião da CCJ: mais controle social

Direito a seguro para parceiros de agricultor familiar

O proprietário de terras que firmar parceria rural com agricultores familiares poderá ter acesso ao Fundo Garantia-Safra, passando a ter direito ao benefício uma vez por safra quando ocorrer calamidade pública — como secas e estiagens — ou qualquer outra situação de emergência.

Foi o que decidiu na terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar, em decisão terminativa, substitutivo a projeto de lei do Senado (PLS 266/03) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O texto do relator deve ser novamente votado na CAE nesta semana. Se aprovado e não havendo recurso pedindo votação no Plenário, a proposta segue para a Câmara.

OBRAS DO PAC

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, participarão de dois debates sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Serão ainda convidados representantes das confederações nacionais da Agricultura (CNA) e dos Transportes (CNT).

CASTELO DE AREIA

A pedido de Romero Jucá (PMDB-RR), o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, comparecerão à Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) para dar detalhes sobre a operação Castelo de Areia, realizada pela PF. A data ainda será marcada.

RELATOR DA LDO

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), anunciou que o deputado Wellington Roberto (PR-PB) será o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A lei define metas e orienta a elaboração do Orçamento, e é enviada pelo Executivo no dia 15.

HABITAÇÃO

Críticas à medida provisória (MP 459/09) que criou o programa Minha Casa, Minha Vida levaram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a aprovar a realização de audiência pública sobre a questão habitacional, a pedido de Aloizio Mercadante (PT-SP) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Outras cinco audiências públicas foram decididas pela CAE, duas delas em conjunto com a Comissão de Crise, presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Serão convidados o presidente do Grupo Gerda, Jorge Gerda, e os professores Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro.

CCJ aprova monitoração eletrônica em condenados

Os condenados que cumprem pena em regime aberto, semiaberto ou estejam em livramento condicional poderão passar a usar "equipamento de monitoração eletrônica", desde que determinado pelo juiz.

A proposta foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e agora segue para decisão definitiva em Plenário, já que passou pela Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), o projeto de lei (PLS 175/07) que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)

e a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) foi aprovado pela Câmara em forma de substitutivo e por isso retornou à CCJ para nova análise.

Em seu voto, o relator Demostenes Torres (DEM-GO) manteve algumas modificações da Câmara, mas incorporou também alterações propostas pelo Senado.

Segundo o texto que segue agora para análise do Plenário, trata-se de um sistema de vigilância indireta, realizada por meio de uso pelo condenado de aparelho não ostensivo de monitoração eletrônica que

indique, à distância, o horário e a localização do usuário, além de outras informações úteis à fiscalização judicial.

A monitoração eletrônica também poderá ser realizada no condenado que sofrer prisão domiciliar e pena restritiva de direito que estabeleça limitações de horários ou da frequência a determinados lugares.

Caso o condenado viole o equipamento, ele fica sujeito à perda do benefício da liberdade parcial, e se for punido com perda de direitos, pode até ter a pena convertida em perda de liberdade.

Novos procedimentos para acelerar trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que trata de temas relacionados à saúde, ao trabalho e à Previdência Social, resolveu adotar novos procedimentos para tornar mais ágeis os trabalhos nos próximos dois anos.

Uma das decisões, adotadas na quinta-feira, foi limitar em quatro o número de participantes nas audiências públicas promovidas pela comissão. Eles terão agora o tempo máximo de oito minutos para falar e depois serão questionados pelos senadores.

Também será elaborado um resumo do que foi discutido nas

audiências, para melhor compreensão dos parlamentares.

As sugestões foram apresentadas pela presidente da Comissão, Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Também ficou decidido que os relatores das propostas serão substituídos quando, em um período de 30 dias — prorrogados por mais 15 dias —, não se manifestarem com relação à matéria.

Na mesma reunião, a CAS aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) propondo realização de audiência pública para debater o exercício da profissão de físico, objeto do PLS 159/05.

projetos aprovados

De 30 de março a 4 de abril

➔ **PDL 168/09** — Define a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 2009, elaborada pelo Banco Central. A matéria faz um balanço do desempenho da economia brasileira no período. Vai à Câmara.

➔ **PLC 31/08** — Determina que antenas e estações transmissoras de radiocomunicação e sistemas de energia elétrica que operam na faixa de 300 GHz terão que obedecer aos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos por elas gerados. Vai à sanção.

➔ **PEC 12/06** — Do senador Renan Calheiros

(PMDB-AL) e outros, institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, estados, DF e municípios. Suspende o pagamento na ordem cronológica dos pedidos e dá prioridade para pessoas com 60 anos de idade ou mais. Vai à Câmara.

➔ **PLC 07/09** — Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea entre os dias 14 e 21 de dezembro. Vai à sanção.

➔ **PLC 10/09** — Reabre para os imigrantes em situação irregular o prazo para que solicitem residência provisória no país. Volta à Câmara.

➔ **PLC 19/08** — Inscreve o nome de Antônio de

Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria. Vai à sanção.

➔ **PLC 111/08** — Altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares. Estabelece que o instituto da prisão especial continuará em vigor, mas caberá ao juiz decidir, diante de cada caso, se o preso deve ou não ser colocado em local diverso dos demais, por medida de segurança, independentemente de sua condição social, profissional ou de seu grau de escolaridade. Volta à Câmara.

➔ **PLS 603/07** — Do senador Jayme Campos (DEM-MT), autoriza o Executivo a criar a

Universidade Federal do Norte de Mato Grosso, com sede em Sinop. Aprovado na Comissão de Educação. Vai à Câmara.

➔ **PRS 11/08** — Trata do exame dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução 39, de 1992. Vai à promulgação.

➔ **Indicações** — O Plenário aprovou os nomes de Antonio Fernando Cruz de Mello para a embaixada do Brasil na Ucrânia e também na Moldávia; de José Vicente da Silva Lessa para a Namíbia; e de Arthur Vivacqua Correa Meyer, para São Tomé e Príncipe.

decisões

Senado aprova em primeiro turno PEC da Responsabilidade Social

A proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03) que cria a Lei de Responsabilidade Social foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário.

A PEC, apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), define normas para garantir que os investimentos públicos tenham como prioridade o atendimento aos direitos sociais de todos os cidadãos.

De acordo com a proposta, o administrador público de qualquer nível – municipal, estadual e federal – deve seguir um plano de metas “macrossociais”, que irão orientar a definição das prioridades na área social, a exemplo do que acontece com as metas fiscais e macroeconômicas.

O cumprimento dessas metas será verificado a partir do atendimento ao Índice de Responsabilidade Social, criado pela PEC.

Uma lei complementar deverá estabelecer os parâmetros para identificar as ações que interessam às camadas mais pobres da população, de modo que o Estado promova uma melhora significativa na qualidade de vida dessa população.

Lucia Vânia lamentou que, atualmente, os programas sociais em geral sofram com a falta de continuidade; o desperdício de recursos; a ausência de transparência; o excesso de marketing para fins eleitorais; e a baixa eficiência e baixa eficácia.

– A Lei de Responsabilidade Social é um meio para mudar a forma como os projetos sociais se dão no Brasil. Hoje, muito do que é chamado de ação social, não passa de simples repasse de dinheiro – afirma Lúcia Vânia.

A PEC 29/03 terá que passar ainda por um segundo turno de votação.



Lúcia Vânia defende metas para investimentos sociais como forma de atender às camadas mais pobres

Brasileiros no exterior poderão eleger deputados

Os brasileiros residentes no exterior poderão eleger seus representantes na Câmara dos Deputados. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 5/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovada pelo Plenário na quarta-feira. A matéria ainda precisa ser votada em segundo turno. A mudança visa equiparar o Brasil a outros países que admitem o voto de cidadãos que residem no exterior, como Portugal, Itália e França, entre outros. Atualmente, a legislação eleitoral brasileira permite que os residentes no exterior votem apenas para presidente da República.

Estima-se que haja 3 milhões de brasileiros no exterior, que injetam cerca de US\$ 5 bilhões na economia brasileira.

Novo prazo para pedir residência provisória

O prazo para que os imigrantes em situação irregular solicitem residência provisória no país pode ser reaberto. É o que prevê projeto de lei da Câmara (PLC 10/09) aprovado pelo Plenário e que retorna à Câmara, devido às alterações feitas no Senado. Pela proposta, pode pedir residência provisória o estrangeiro que tenha chegado ao país até 1º de novembro de 2008. O projeto original previa a data limite de 1º de fevereiro de 2009, mas o relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP), resolveu mudá-la porque, após o anúncio feito pelo governo sobre a reabertura do prazo, muitos “comerciantes inescrupulosos” teriam facilitado a entrada ilegal de estrangeiros.

DOAÇÃO DE MEDULA

Em fevereiro deste ano, um dia após o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) perder seu filho, vítima de leucemia mieloide aguda, a Câmara aprovou projeto que o parlamentar havia apresentado no ano anterior, instituindo a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea. Na última terça-feira, foi a vez do Senado, que também aprovou a proposta (PLC 07/09), que agora será encaminhada à sanção presidencial. A semana deverá ser realizada todos os anos entre os dias 14 e 21 de dezembro.

HERÓIS DA PÁTRIA

Na quarta-feira, o Plenário aprovou projeto de lei da Câmara que inscreve o nome de Antônio Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília (PLC 19/08). Nascido em Tamboril, no Ceará, em 1810, Sampaio teve atuação destacada na maioria das campanhas de manutenção da integridade territorial brasileira e das que revidaram as agressões externas na fase imperial. A proposta vai à sanção presidencial.



Decisão dos senadores não inclui ministros de Estado, senadores, deputados, juizes, militares, policiais e membros do MP

Prisão especial só para quem corre risco de vida

Plenário decide que privilégio não deve depender da condição social, profissional ou escolaridade da pessoa e sim da sua necessidade de proteção

O Senado confirmou na noite de quarta-feira a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de acabar com a prisão especial para determinadas categorias: padres, pastores, bispos evangélicos e pais de santo, além de cidadãos com títulos (comendas) recebidos por prestação de relevantes serviços ao país.

Se confirmada a decisão pela Câmara dos Deputados, caberá ao juiz decidir, diante de cada caso, se o preso deve ou não ser colocado em local diverso dos demais, por medida de segurança, independentemente de sua condição social, profissional ou de seu grau de escolaridade.

A prisão especial no entanto continuará valendo para ministros de Estado, governadores,

senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, membros das Forças Armadas, magistrados, delegados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, membros dos tribunais de contas e cidadãos que já tiverem exercido a função de jurado.

É que esse privilégio é definido em leis complementares, que não podem ser alteradas por projetos de leis ordinárias, como é o caso do projeto de lei da Câmara (PLC 111/08) aprovado na CCJ e no Plenário. Está prevista a apresentação de projeto de lei específico para acabar com essas exceções.

O PLC 111/08 foi analisado na forma de substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator, que optou por apresen-

tar uma emenda sua, por meio da qual proíbe “a concessão de prisão especial, salvo a destinada à preservação da vida e da incolumidade física e psíquica do preso, assim reconhecida por decisão fundamentada da autoridade judicial”.

A emenda do relator ainda prevê que, no caso de prisão em flagrante, a decisão de conceder prisão especial pode ser tomada pela autoridade policial encarregada do cumprimento da medida.

A proposta sistematiza e atualiza o texto do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.698/41), no que se refere à prisão, às medidas cautelares e à liberdade provisória, e agora segue para exame pela Câmara dos Deputados.

Radiocomunicação deverá obedecer normas da OMS

As antenas e estações transmissoras de radiocomunicação e os sistemas de energia elétrica, que operam na faixa de 300 GHz, terão que obedecer aos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Projeto aprovado pelo Senado (PLC 31/08) e enviado à sanção presidencial estabelece que as prestadoras de serviços que usam estações transmissoras de radiocomunicação; os fornecedores de terminais de usuário; e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica estão obrigadas a seguir esse padrão.

De acordo com o relator, senador Mário Couto (PSDB-PA), o projeto visa garantir proteção à saúde pública e ao meio ambiente. Inúmeros estudos realizados nos últimos anos têm detectado efeitos danosos dos campos elétricos e magnéticos sobre a saúde humana. Alguns tipos de cânceres; problemas de depressão; distúrbios cardiovasculares; disfunção na reprodução e no crescimento; alterações imunológicas; e doenças do sistema nervoso são possivelmente associadas às radiações.

Concessão de rádio e TV agora tem novas regras

O Plenário aprovou projeto de resolução (PRS 11/08) que fixa novos critérios para a apreciação, pelos senadores, dos atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de rádio e televisão, e de autorizações para rádios comunitárias. O projeto, que vai a promulgação, revoga a Resolução do Senado 39/92.

A proposta, de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), determina que ao Senado está facultada a análise dos documentos relativos aos atos de outorga ou autorização já analisados pela Câmara – onde ocorre a avaliação de uma extensa lista de documentos exigidos das empresas pleiteantes – sem que todo o processo seja reiniciado pelos senadores. A medida pretende evitar a dupla checagem da documentação. A resolução revogada era tão antiga que pedia um laudo de vistoria técnica dos veículos de comunicação a um órgão que nem existe mais, o extinto Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel).

Mas a reavaliação pode ser feita pelo Senado se a Casa receber, por exemplo, denúncia a respeito de supostas irregularidades em um processo em andamento.

ortotanásia

Paciente terminal pode interromper tratamento?

Tratamento que suspende combate a doença pode deixar de ser crime e não enfrenta resistência como no debate sobre eutanásia

O Senado deve discutir mudanças na lei para permitir que os pacientes terminais possam optar por suspender o combate à doença, passando a ter assistência médica e psicológica apenas com o objetivo de aliviar seu sofrimento. Pela proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES), apresentada em 2000, essa forma de tratamento, chamada de ortotanásia, deixaria de ser considerada crime pelo Código Penal.

O debate envolve direitos básicos previstos na Constituição e já foi parar nos tribunais por iniciativa do Ministério Público (MP), que questiona permissão do Conselho Federal de Medicina (CFM) para a ortotanásia. Mesmo havendo consenso religioso – a maioria das religiões apoia o tratamento, muito diferente da controversa eutanásia (veja quadro) –, a discussão promete ser polêmica também no Senado.

Para que o paciente possa optar pela ortotanásia é necessário descriminalizar essa forma de tratamento, hoje considerada auxílio a suicídio pelo Código Penal e punida com até seis anos de reclusão. É essa descriminalização que propõe o PLS 116/00, de Gerson Camata. Pela proposta, deixa de ser crime parar de “manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão”.

Segundo Camata, como não há

lei que regulamente a ortotanásia, os médicos não sabem o que fazer diante de pacientes terminais em extremo sofrimento.

– Eles ficam inseguros, com receio de ser processados. A maioria dos países tem leis mais avançadas do que as nossas sobre o assunto, mas aqui há um lobby violento dos hospitais particulares, que não querem que haja lei para não perderem o lucro com as UTIs lotadas de pacientes terminais – revela o senador.

Apesar de o projeto, apresentado há nove anos, ainda estar aguardando relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Camata está otimista.

– O senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, prometeu que vai pegar a relatoria do projeto. Como a ortotanásia envolve uma discussão sobre princípios constitucionais e o senador Demostenes é reconhecido por seu embasamento jurídico forte, isso vai ajudar muito – argumenta.

Camata acrescenta ainda que, se, por um lado, o artigo 5º da Constituição consagra o “direito à vida”; de outro, o artigo 1º estabelece como fundamento do Estado “a dignidade da pessoa humana”, apoiado ainda pelo artigo 5º, que dispõe que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

– Desligar aparelhos e suspender tratamentos excessivos, dolorosos e desproporcionais não é matar. Não há polêmica porque não há choque nenhum – defende o senador.

Prática é considerada auxílio a suicídio pelo Código Penal



Papa Bento XVI e os pais de Terri Shiavo, que foram contra desligamento do tubo de alimentação da filha: casos de eutanásia diferem dos de ortotanásia, apoiada pela maioria das religiões



Nos EUA, batalha judicial precedeu morte de Terri Shiavo

Theresa Marie (Terri) Schindler-Schiavo, americana de 41 anos, teve uma parada cardíaca em 1990 e, devido a uma grande lesão cerebral, ficou em estado vegetativo persistente e irreversível, segundo os médicos. Já os pais de Terri defendiam que ela estava em um estado menos grave de dano cerebral, denominado “estado de consciência mínima”. Após longa disputa judicial e política entre os pais e o marido, o tubo que alimentava e hidratava Terri foi desligado em 18 de março de 2005 e ela faleceu em 31 de março do mesmo ano.

Italiana Eluana Englaro passou 17 anos ligada a aparelhos

A italiana Eluana Englaro sofreu um acidente de carro em 1992 que a deixou em estado vegetativo, ligada a aparelhos. Depois de sete anos, a família decidiu recorrer à Justiça para deixar Eluana morrer, sob a alegação de que essa seria a vontade dela (na Itália, os doentes têm direito de recusar tratamento, mas não existe o chamado testamento vital, para a pessoa deixar registrado qual tratamento gostaria de receber no caso de ficar inconsciente). Autorizado pela Corte de Recursos de Milão em julho de 2008, o desligamento dos aparelhos só aconteceu em 7 de fevereiro de 2009, em meio a uma intensa disputa judicial e política. Eluana morreu em 9 de fevereiro de 2009.

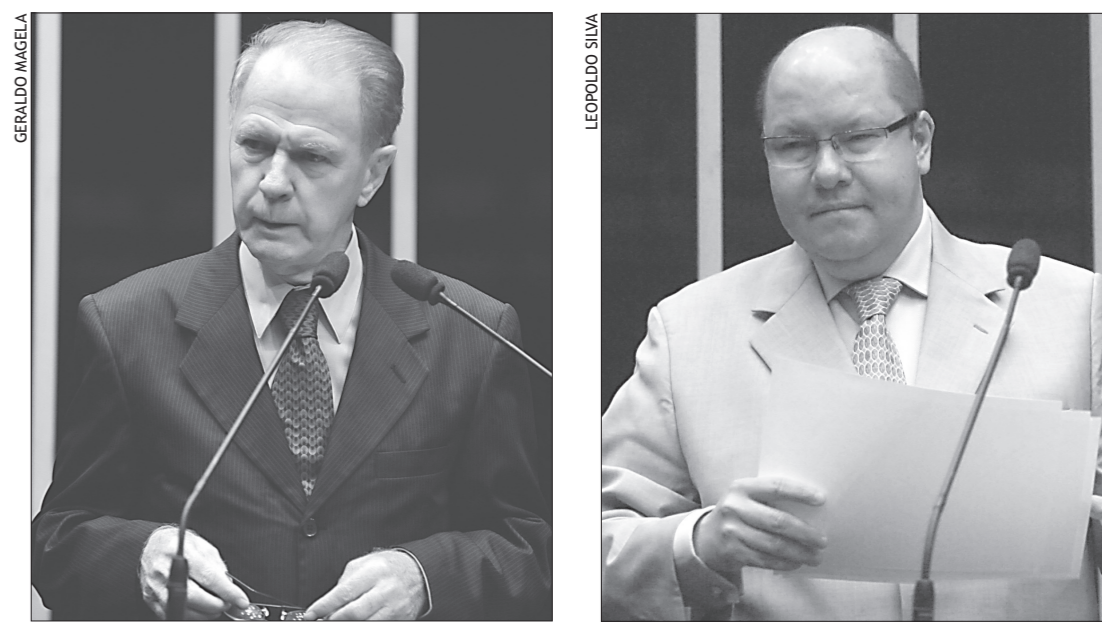
Pai de Eluana Englaro: família enfrentou disputa judicial e política para conseguir desligar aparelhos

MP teme desrespeito aos direitos do doente

Em 2007, o Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF-DF) propôs uma ação civil pública para revogar a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que regulamenta e autoriza a prática da ortotanásia. Segundo petição do procurador regional dos direitos do cidadão no DF, Wellington Marques de Oliveira, o CFM não tem poder para regulamentar sobre o direito à vida, assunto de competência exclusiva do Congresso. Para o procurador, “os princípios da autonomia e da autodeterminação do paciente, invocados pelos defensores da ortotanásia, esbarram na indisponibilidade do direito à vida”. Além disso, a resolução não poderia se sobrepor ao Código Penal, que considera crimes a ortotanásia e a eutanásia (veja quadro).

Ação dos planos de saúde e da rede pública

A principal preocupação do MPF-DF é de que a ortotanásia se torne uma alternativa tanto para a fome de lucros das operadoras de planos de saúde quanto para a falta de recursos na rede pública de saúde. Assim, não seriam somente a vontade e o estado do doente que influenciariam a decisão. O temor é que predomine o raciocínio de que é melhor investir os poucos recursos disponíveis em doentes com maior possibilidade de sobrevivência do que naqueles em estado terminal. O procurador defende a criação de uma comissão multidisciplinar, formada por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e outras especialidades necessárias, para avaliar sobre a indicação ou não da ortotanásia. Essa avaliação deveria ser submetida ainda ao Ministério Público e ao Poder Judiciário – únicas instâncias legítimas para defender os direitos e garantias individuais. Com o deferimento da liminar pela Justiça Federal, a resolução do CFM foi suspensa até que seja julgado o mérito da ação.



Gerson Camata (E) diz que “hospitais particulares não querem que haja lei para não perderem o lucro com as UTIs lotadas de pacientes terminais”. Demostenes Torres promete pegar relatoria do projeto de lei na Comissão de Justiça

Muitos creem na fantasia de que é possível não morrer, diz médico

O cardiologista e vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz D’Ávila, defende a posição do conselho com relação à ortotanásia e fala sobre o drama de pacientes e médicos no enfrentamento com a morte.

O que está acontecendo, na prática, com o tratamento dos doentes terminais?

No passado, morríamos de forma natural, a família confortava o doente e depois velava o parente. Hoje, com a evolução do conhecimento e as novas tecnologias, muitos são levados a crer na fantasia de que é possível não morrer e pressionam os médicos a buscarem a qualquer preço manter a vida, mesmo que o paciente entre em grande sofrimento ou fique em estado vegetativo. Outros têm pavor de que os parentes morram em casa e correm aos hospitais para que se faça alguma coisa, mesmo sabendo que nada mais há a ser feito.

Mas não seria o papel dos médicos combater a doença?

Nós continuamos querendo salvar as pessoas e não aceitamos as partidas prematuras, em qualquer idade. Mas o que vemos são pacientes terminais – sem nenhuma esperança de melhora ou cura – sendo resuscitados, entubados e levados às UTIs, onde ficam isolados e desamparados. Nessa fase, eles não aguentam mais, o tratamento fica desproporcional, torturante, mais danoso que a doença. A medicina pode fazer muito mais pelos pacientes, acolhendo-os, aliviando sua dor, oferecendo melhores condições para uma convivência com a família, ainda que curta.

Os pacientes com morte cerebral, ligados a aparelhos?

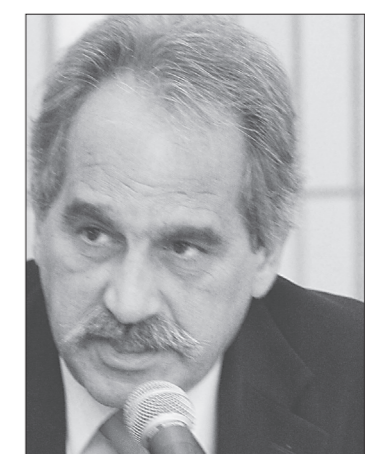
A ortotanásia não é para esses pacientes, que são declarados mortos depois de obedecidos todos os protocolos médicos.

O conselho apoia o chamado testamento vital, em que a pessoa determina antes se quer ou não ser ressuscitada e mantida viva por meio de aparelhos, como ocorre em muitos países?

Apoiamos. O mundo caminha na direção do respeito à autonomia das pessoas, que devem ter suas decisões obedecidas.

Mas e o conceito de indisponibilidade do direito à vida, previsto na Constituição?

Esse não pode ser um valor absoluto, até porque nossa Constituição também consagra nosso direito à dignidade, que, a nosso ver, inclui morrer sem sofrimentos absurdos. Há também um artigo [15] do Código Civil que determina que ninguém pode ser constrangido a submeter-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.



Vice-presidente do CFM, Roberto Luiz D’Ávila defende testamento vital para assegurar direito a ortotanásia

Conselho de Medicina tentou regulamentar o procedimento

Com o objetivo de dar um direcionamento ético à atuação dos médicos em relação a doentes terminais, o Conselho Federal de Medicina baixou em 2006 a Resolução 1.805, estabelecendo que:

• É permitido ao médico limitar ou suspender tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.

• O médico tem a obrigação de informar ao doente ou ao seu representante legal o tratamento adequado a cada situação.

• O doente deve continuar recebendo todos os cuidados necessários para aliviar seu sofrimento, além de assistência integral que vise ao seu conforto físico, psíquico, social e espiritual.

• O doente terminal tem ainda o direito a alta hospitalar.

Em outubro de 2007 essa resolução do CFM foi suspensa pelo juiz federal Roberto Luís Luchi Demo, da 14ª Vara da Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal no Distrito Federal.

debates



MÁRCIA KALUJNE



JOSE CRUZ

Para Amaro Lins (E), da Andifes, proposta é ilegal. O ministro Edson Santos concorda que sistema deve ter prazo limitado

Votação sobre cotas nas universidades é adiada

Debates promovidos pela CCJ mostram falta de consenso sobre cotas raciais. Marconi Perillo e Demostenes Torres preferem a adoção de cotas sociais

A pedido do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação do projeto lei da Câmara (PLC 180/08) que define cotas de caráter social e racial para ingresso nas universidades e escolas técnicas federais. O parlamentar quer que seu projeto (PLS 344/08) – que reserva vagas nas universidades públicas, por 12 anos, para alunos de escolas públicas – seja analisado em conjunto.

A votação do parecer da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também será adiada nesta quarta-

feira, já que o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), vai pedir prazo de uma semana para apresentar outro relatório, com um regime de cotas de caráter social, e não racial.

A CCJ ouviu interessados no tema na semana passada. Renato Ferreira, do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, apresentou pesquisa demonstrando que alunos cotistas têm sido bem avaliados. Já José Roberto Góes, historiador e professor da mesma universidade, criticou a “racialização” da educação brasileira.

Assim como os senadores, o

ministro de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, concorda que o mecanismo deve ter prazo definido.

Para o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Amaro Lins, a proposta “passa por cima” do princípio constitucional que garante autonomia às universidades.

O ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Simon Schwartzman entende que uma política de inclusão deve se basear em critério de renda.

Conferência de Genebra discutirá racismo este mês

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o ministro Marcos Vinícius Gama, da Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores, disse que temas polêmicos como orientação sexual, questão palestina, difamação de religiões e tráfico de escravos ficarão de fora da agenda da Conferência de Genebra, entre 20 e 24 de abril, que revisará a Conferência de Durban contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, de 2001.

A Conferência de Genebra tratará de discriminação contra afrodescendentes, indígenas e mulheres, de incompatibilidade entre racismo e democracia e de ações afirmativas. O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, reiterou que o Brasil terá impor-



MÁRCIA KALUJNE

Ao lado do senador Cristovam Buarque (E), o ministro Marcos Vinícius Gama expôs temas que serão tratados na Conferência de Genebra, como a discriminação

tante papel de mediador.

Fátima Cleide (PT-RO) sugeriu que, após a conferência, seja realizado novo debate. Paulo Paim

(PT-RS), por sua vez, voltou a apelar pela aprovação, na Câmara, do seu projeto que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Senado poderá ter ouvidoria para casos de preconceito e racismo

As vítimas de discriminação ou preconceito poderão contar com uma ouvidoria no Senado, encarregada de receber denúncias. A proposta, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o projeto (PLS 4/03), a ouvidoria deve investigar e avaliar “discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, deficiência,

gênero e opção sexual”. Deverá, também, investigar preconceito nos meios de comunicação.

A ouvidoria deve ser formada por um senador de cada partido com assento no Senado. Paim argumenta que a ouvidoria poderá contribuir para aproximar o Senado da sociedade e auxiliar na elaboração de leis. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destaca a importância do canal direto entre a população e os senadores.

TRABALHO ESCRAVO

A Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo poderá ser transformada em comissão permanente a pedido do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e ex-presidente da subcomissão, senador José Nery (PSOL-PA). – Que ela [a comissão] seja permanente, mas não eterna, pois esse é um problema que queremos retirado das nossas preocupações. O requerimento deve ser discutido na reunião desta quarta-feira.

Copa de 2014 é vista como oportunidade para o turismo

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), especialistas e senadores concordaram com a ideia de que a Copa do Mundo de 2014 no Brasil será a grande oportunidade para que o país desenvolva seu turismo. Para tanto, alertaram, é necessário que haja qualificação da mão de obra e melhoria da infraestrutura das cidades. Uma das propostas é a criação do sistema “S” do turismo, a exemplo do que existe no comércio e na indústria.

O presidente da CDR, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou que vai apresentar, até o final de abril, projeto de lei com esse conteúdo, recebendo apoio dos senadores Valter Pereira

(PMDB-MS) e Jefferson Praia (PDT-AM).

De acordo com o professor da USP Mário Carlos Beni, nem 1% da mão de obra turística, necessária para a realização da Copa, está devidamente treinada. O mesmo ocorre com as cidades que sediarão os jogos. “O Brasil será o foco do noticiário internacional desportivo por cerca de um mês”, advertiu.

O presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), Nelson de Abreu Pinto, não quer que apenas as 12 cidades-sede da Copa recebam turistas. “Vamos formar uma grande rede de turismo para receber 600 mil pessoas”, afirmou Abreu Pinto.

Malta quer banco de dados sobre pedofilia

O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, esteve, nos EUA, com o congressista norte-americano Christopher Smith, autor do projeto que criou um banco de dados sobre pedófilos, que serve ao combate à pedofilia. Para Malta, o Brasil deve adotar estratégia semelhante. A delegação brasileira, formada por juizes, promotores, procuradores e representante da Safenet Brasil, visitou a Microsoft, a Google e o Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Vítimas de Exploração Sexual, entidade não governamental que investiga denúncias.

CPI das ONGs deve priorizar caso Finatec

O presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais – CPI das ONGs –, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), quer que a comissão priorize a investigação sobre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para esclarecer a utilização de recursos públicos. Nesta terça-feira a CPI das ONGs faz reunião para examinar mais de 40 requerimentos. A reunião da semana passada foi cancelada por falta de quórum.

agora é lei

Gás já tem marco regulatório que pode reduzir os preços

Novo marco regulatório para o transporte de gás natural, a Lei 11.909 quer estimular a produção e importação do gás natural pela Petrobras e outras empresas, incentivar a construção de novos gasodutos e reduzir as tarifas pagas pelos consumidores.

Antes da lei, projetos de transporte de gás necessitavam apenas da autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Agora, a exploração do transporte por meio de gasodutos e a importação e exportação, bem como o tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, serão regulados e fiscalizados pela União e poderão ser exercidas por empresas ou consórcios com sede e administração no país.

Cabe ao Ministério de Minas e Energia indicar os gasodutos de transporte que deverão ser construídos ou ampliados. Desde a Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), a indústria do gás natural se ressentia com a falta de lei específica.

A partir de agora, questões como o regime de outorga, contratos de comercialização, cláusula de arbitragem, prazo das concessões, exclusividade e tarifa, entre outras, passaram a ter tratamento legal.

A aplicabilidade da Lei do Gás Natural depende da edição de normas para detalhar suas diretrizes, de forma clara e sistemática, o que deverá ocorrer, segundo o governo, até junho. Antes de publicadas, essas normas deverão ser submetidas a consulta pública.

debates

Comissão vai discutir plano sobre mudanças do clima

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas vai realizar um ciclo de audiências públicas sobre o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima. O projeto do Executivo (PL 3.535/08) que delinea o plano está na Câmara dos Deputados. Ele estabelece o fim da perda líquida da área de cobertura florestal do país até 2015 e destina recursos para recomposição de áreas de preservação permanente e reservas legais, conservação dos biomas e aumento da sustentabilidade no setor agropecuário.

O colegiado também vai promover audiências para esclarecer a posição oficial do Brasil com relação às mudanças climáticas. Serão convidados os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Meio Ambiente, Carlos Minc; da Ciência

e Tecnologia, Sérgio Rezende; e o coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa.

A comissão mista também vai debater o inventário de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus e os efeitos das mudanças climáticas na Amazônia.

A presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), pretende envolver assembleias legislativas e câmaras municipais nos debates, por meio da transmissão das audiências públicas por videoconferências.

Esta semana, a Comissão de Mudanças Climáticas deve receber comitiva de deputados americanos, que vem a Brasília discutir assuntos relacionados às mudanças climáticas com autoridades brasileiras.

Senadores querem energia solar em programa de moradia

Duas comissões do Senado decidiram pedir ao governo federal a realização de estudos técnicos sobre a possibilidade de uso de equipamentos de energia solar para aquecimento de água nas residências populares a serem construídas pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Em carta endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, os presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e da Comissão de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Renad Casagrande (PSB-ES), defendem o uso disseminado da energia solar nas residências. Entre os benefícios, afirmam, está a redução da infraestrutura em geração, transporte e distribuição de eletricidade e dos impactos ambientais causados pela construção de hidrelétricas.

Por outro lado, de acordo com comunicação feita por Flexa Ribeiro à CCT, a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee) considera que os chuveiros elétricos propiciam mais economia de água tratada, além de custarem menos aos consumidores.

Parlamentares pedem modelo econômico sustentável ao G20

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) leu em Plenário carta encaminhada aos líderes do G20 (grupo formado pelos países com as 20 maiores economias do mundo), que se reuniram na quinta-feira passada em Londres para discutir soluções para a atual crise financeira global.

A carta foi elaborada durante a primeira reunião da Comissão Internacional do Clima e Segurança Energética, realizada em Washington em 30 e 31 de março, com a presença de parlamentares dos países do G20. A senadora representou a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável, da qual é presidente, ao lado do deputado Antonio Palocci (PT-SP).

No documento, os parlamentares afirmam que a Humanidade encontra-se diante de três desafios – recuperação econômica,

segurança energética e mudanças climáticas – e, à medida que os fluxos financeiros regressem à economia global, devem ser canalizados não apenas visando objetivos econômicos imediatos, mas também para objetivos relacionados à energia e ao clima, de forma a criar um novo modelo econômico sustentável do sistema financeiro mundial, voltado para uma prosperidade econômica durável.



Serys Slhessarenko participou de encontro em que se discutiram soluções para a crise financeira global

GERALDO MAGELA

Governo dispensou verba para saneamento

Ministro justificou devolução ao BID de US\$ 57 milhões que iriam para municípios de baixa renda dizendo que incluí-los no PAC foi mais vantajoso

Ao falar durante audiência pública das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o ministro das Cidades, Márcio Fortes, afirmou que a devolução de US\$ 57 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não significou que os programas de saneamento previstos para seis municípios de baixa renda foram esquecidos.

– Esses programas migraram para o Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] com múltiplas vantagens: o total previsto para as obras aumentou de R\$ 81 milhões para R\$ 94 milhões. É dinheiro garantido, sem possibilidade de contingenciamento, e com exigência de contrapartida de 5% dos municípios, enquanto que as regras do empréstimo exigiam 40% – explicou.

Efraim Morais (DEM-PB) e Marisa Serrano (PSDB-MS) critica-



Márcio Fortes e a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini, para quem as obras de saneamento são fundamentais e devem ser acompanhadas pelo Senado

ram a atuação do governo na área de saneamento e de habitação, que, segundo Efraim, aumentou o valor dos empenhos (compromissos de gastos) nos anos eleitorais e não liberou os pagamentos na mesma proporção. Marisa Serrano concentrou suas críticas no

ritmo das obras de saneamento básico. Na atual velocidade, a universalização da rede de esgoto vai levar 113 anos, segundo ela. Por sua vez, Jefferson Praia (PDT-AM) disse que falta planejamento nos projetos públicos, nos três níveis de governo.

MAIS RECURSOS PARA SAFRA 2009/2010

Os produtores rurais deverão ter mais recursos para o financiamento da safra 2009/2010, afirmaram representantes do Banco Central e do Banco do Brasil em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). No entanto, o aumento da produção de alimentos para exportação foi desaconselhado pelo professor Guilherme Dias, da Universidade de São Paulo, que representou a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Para Dias, o setor deve ser cauteloso em razão das incertezas geradas pela crise internacional.

RAÇÃO COM TRANSGÊNICOS

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do senador Jefferson Praia (PDT-AM) para realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o exame de projeto de decreto legislativo (PDS 90/07) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A parlamentar propõe que sejam retiradas da legislação em vigor a exigência de informação, nos rótulos de produtos de origem animal, a respeito da ração consumida pelos animais, caso estas contenham componentes transgênicos.

ambiente legal

Marina Silva recebe Prêmio Sophie

A senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, foi a vencedora do Prêmio Sophie 2009, anunciado na quarta-feira passada na Noruega. Segundo os jurados, Marina foi premiada em razão dos seus esforços para preservar "o maior e mais rico ecossistema da Terra: a Floresta Amazônica". O título do prêmio, criado em 1997 pelo escritor norueguês Jostein Gaarder e sua mulher, faz referência ao maior sucesso do autor, o livro *O mundo de Sofia*.

Consumo e natalidade devem cair

A diminuição drástica do consumo de recursos naturais, aliada a um controle de natalidade que leve a um crescimento menos acelerado da população mundial, tornou-se necessária e inadiável, segundo Prakki Satyamurty, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Meteorologia.

"Autoridades precisam parar e pensar"

Ao pregar o que chama de "retirada sustentável", Prakki Satyamurty adverte: "Temos que retirar, gradativamente, por exemplo, o número de automóveis das ruas. Tudo o que foi colocado em excesso e hoje contribui para a destruição do meio ambiente precisa sair de cena. Esse é um assunto muito polêmico, mas as autoridades precisam parar e pensar em tudo o que está acontecendo".

Fumo gera indenização de US\$ 145 milhões a viúva

A viúva de um homem que morreu de câncer de pulmão ganhou, após dez anos de batalha judicial nos EUA, uma indenização de US\$ 145 milhões da Philip Morris. A empresa recorreu três vezes à Suprema Corte para não pagar os US\$ 80 milhões que Mayola Williams pedira inicialmente. O jornal britânico *The Guardian* se refere ao caso como um exemplo de perseverança contra um adversário aparentemente imbatível.

Brasil medirá emissões que causam efeito estufa

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou que será lançado em julho o novo Inventário Brasileiro de Emissões, que mede o lançamento de gases de efeito estufa originados de diferentes fontes – veículos, usinas termelétricas, indústrias, queimadas e gado – e regiões do país. O último inventário, produzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, está desatualizado, pois usa informações de 1994.

debates

Virgílio cobra desmentido oficial sobre indicações

Senador afirma que não indicou nenhum dos atuais diretores; e Gazineo diz, em nota, que Agaciel não tem influência sobre a atual administração da Casa

Nota divulgada na sexta-feira pelo jornalista Cláudio Humberto afirmando que Arthur Virgílio (PSDB-AM) teria feito indicações para cargos de diretoria no Senado provocou indignação no senador. Virgílio cobrou um desmentido oficial do diretor-geral do Senado, José Alexandre Gazineo.

Segundo o jornalista, o ex-diretor-geral Agaciel Maia teria pedido ao atual ocupante do cargo que demitisse os funcionários indicados pelo senador. As afirmações de Cláudio Humberto foram desmentidas em nota de esclarecimento divulgada por Gazineo, na qual o diretor diz que não mantém contato com Agaciel, e que este não tem qualquer influência na atual gestão administrativa da Casa, além de garantir que Virgílio não indicou nenhum atual ocupante de função de direção no Senado.

Virgílio afirmou que pedirá ao



OSÉ CRUZ

Virgílio pediu que Sarney entregue, até o final do mês, proposta para moralizar a Casa e avisou que, caso as "antigas castas" permaneçam, pode até requerer CPI

presidente do Senado, José Sarney, conforme sugestão de Gilberto Goellner (DEM-MT), a criação de um conselho de senadores com a atribuição de acompanhar as decisões administrativas da Casa. O senador avisou ainda que, caso perceba que as mudanças no âmbito administrativo, na verdade,

estejam preservando antigas "castas", poderá requerer a instalação, como "medida extrema", de uma CPI para investigar a administração de Agaciel Maia.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu que as atribuições da Mesa diretora sejam mais bem distribuídas.

Jereissati explica uso de recursos em viagens

Tasso Jereissati (PSDB-CE) rebateu reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* que o acusou de utilizar irregularmente, para fretar jatos particulares, a sua cota de passagens aéreas disponibilizada pelo Senado. Ele classificou as acusações como "insinuações falsas" e disse que, se for comprovada ilegalidade no uso da cota, devolverá esse valor em dobro ao erário.

O senador afirmou que, em seus seis anos de mandato, fretou jatos para sete viagens e que, hoje, tem um grande saldo de passagens aéreas não utilizadas. Jereissati

explicou que consultou a Diretoria Geral, por meio de ofícios, antes de utilizar a sua cota em fretamento e que jamais solicitou seu uso para a compra de combustível para o seu próprio avião. "Nada foi feito escondido e nunca usei um tostão sequer acima da minha cota", assegurou. O senador cearense disse estranhar ter sido "pinçado" dentre todos os parlamentares que também utilizam suas cotas para fretamento de jatos há pelo menos 20 anos.

– As viagens de um senador não são só entre Brasília e o seu estado

natal – declarou Jereissati.

Ele apontou que no Senado há "um grupo de parlamentares que domina a Casa e é responsável pela montagem de uma máquina descontrolada, à margem dos limites éticos, morais e administrativos", e que um outro grupo insurgente está tentando pôr fim a esses procedimentos e com isso "ferindo, aborrecendo e criando inimigos de mau caráter".

O discurso de Tasso Jereissati durou quase três horas e foi apertado por 13 senadores, de quem recebeu solidariedade.

Mozarildo: "Demarcação de reserva é uma fraude"

"A demarcação da reserva Raposa Serra do Sol é uma fraude, um crime. Começou pela manipulação de aldeias que não existiam e aí foi se preenchendo a reserva indígena com aldeias fictícias", afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao registrar reunião ocorrida na sexta-feira entre autoridades de Roraima para discutir a retirada dos não índios da reserva. Segundo o senador, passa-se a imagem de que é "meia dúzia de arroteiros" que devem desocupar a área, quando, segundo ele, são 500 famílias, muitas formadas pelo casamento entre índios e brancos, com filhos nascidos na região.

Para Goellner, endividamento rural é vergonha para o país

O alto endividamento do setor rural é uma "vergonha" para o país, avaliou Gilberto Goellner (DEM-MT). O senador disse ser difícil explicar ou mesmo admitir que o mais "pujante setor da economia brasileira seja, ao mesmo tempo, o mais mal remunerado". Goellner também citou levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) que indica a necessidade de R\$ 280 bilhões em investimentos para dotar o país de infraestrutura adequada, quase cinco vezes o total previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para todas as áreas de transporte no país.

Gilvam celebra nova etapa do Luz para Todos no

O lançamento, nesta segunda-feira, da segunda etapa do programa Luz para Todos no Amapá foi comemorado por Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador agradeceu à Eletrobrás e disse que a população estará festejando

"mais essa conquista do estado", ao lado de várias autoridades, como o governador Waldez Góes, o presidente do Senado e senador pelo Amapá, José Sarney, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

– Esse programa tem uma

repercussão fantástica na vida das pessoas, especialmente para aquelas que vivem na Amazônia. Quando o bico de luz chega nesses locais mais distantes, é uma revitalização total do ambiente e da vida dos que são beneficiados – destacou.

"Gastos do Senado mostram responsabilidade fiscal"

A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle produziu análise comparativa dos gastos do Senado, dos demais Poderes e dos órgãos do Legislativo, de 1995 a 2009, endereçada ao jornal *O Globo*. A análise desmente informações publicadas por aquele veículo no dia 29 de março, com o título "Senado tem boom de gastos com pessoal na gestão de Agaciel Maia".

Segundo o jornal, "na comparação com gastos de pessoal da União, o Senado ganha de longe". Os números apresentados pela consultoria, tendo como fonte o programa Siga Brasil, do próprio Senado, e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), revelam o oposto: o Senado, se comparado com a Câmara dos Deputados, o Tribunal de

Contas da União, o Judiciário, o Executivo e o Ministério Público da União, foi o que menos aumentou seus gastos com pessoal desde 1995.

O estudo foi encaminhado ao jornal pelo diretor-geral do Senado, José Alexandre Gazineo, e pelo consultor-geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle, Fábio Gondim.

Em carta ao editor de opinião de *O Globo*, eles explicam que os gastos totais da instituição cresceram 56% em termos reais entre 1995 e 2009, considerada a inflação de 277%, medida pelo IGP-DI, o que é uma taxa inferior à dos demais Poderes e órgãos do Legislativo. Para Gazineo e Gondim, esses números "revelam trajetória de gastos pautada pela prudência, parcimônia e responsabilidade fiscal".

Evolução dos gastos com pessoal

	1995	2009	variação
Senado Federal	485.240.322	2.220.901.457	358%
Câmara dos Deputados	525.673.364	2.610.595.851	397%
Trib. de Contas da União	202.231.263	1.123.594.764	456%
Poder Judiciário	2.776.920.811	25.080.672.926	803%
Poder Executivo	31.337.463.644	125.503.402.856	300%
Min. Público da União	291.467.391	2.689.362.419	823%

Fonte: Siga Brasil e Siafi

Internet mostra as despesas dos senadores com verba indenizatória

O Senado começou a divulgar na internet os gastos dos senadores com os recursos da verba indenizatória. Os dados estão no site da Casa – senado.gov.br/sf/senadores/verba/Asp/Apresentacao.asp.

No início de março, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou a decisão de "dar publicidade a essa verba da

mesma forma que a Câmara o fez, seguindo o mesmo ato a que aquela Casa procedeu".

– Colocaremos todas as informações que forem necessárias à maior transparência sobre as verbas indenizatórias – disse.

Sarney e o presidente da Câmara, Michel Temer, vêm discutindo a adoção de regras comuns para uso dessa verba.

João Durval pede recursos para o combate à dengue na Bahia

O senador João Durval (PDT-BA) voltou a pedir ao governo federal mais recursos para o combate à epidemia de dengue na Bahia. Segundo afirmou, estão ocorrendo no estado duas mortes por dengue a cada cinco dias.

– A situação é crítica e deve ser tratada como estado de emergência. Até a terceira semana de março, foram notificados oficialmente 32.306 casos de dengue em todo o estado

da Bahia, número 305% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado – informou ele.

Apesar de reconhecer que o número de casos de dengue caiu mais de 40% em todo o país, João Durval observou que a epidemia registra avanço em seis unidades da Federação, entre elas a Bahia, principalmente na capital, Salvador, e nos municípios de Itabuna, Jequié e Porto Seguro.

SERYS APLAUDE TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Ao comemorar os resultados obtidos no ano passado pelo programa Territórios da Cidadania, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comentou em Plenário as metas traçadas para 2009. Informou que 120 territórios, espalhados pelo Nordeste (56), Norte (27), Sudeste (15), Centro-Oeste (12) e Sul (10), e reunindo 1.830 municípios e 41,9 milhões de habitantes, deverão receber R\$ 23,5 bilhões do governo federal este ano para implementar ações de combate à pobreza e à desigualdade regional.

presidência

Sarney destaca visão de estadista de Alfonsín

Presidente do Senado afirma que atuação do ex-presidente argentino provocou mudanças profundas na Argentina e na América Latina

Como representante do governo brasileiro, o presidente do Senado, José Sarney, compareceu, em Buenos Aires, ao funeral do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, que morreu de câncer pulmonar no dia 31, aos 82 anos.

Sarney foi o único representante de delegação estrangeira a discursar, honra concedida pelo fato de ter sido presidente à mesma época que Alfonsín, nos anos 80, e de os dois terem conduzido os processos de redemocratização de seus países e trabalhado juntos pela aproximação entre Brasil e Argentina. No discurso, Sarney afirmou que Alfonsín foi um dos maiores homens públicos das Américas.

– A coragem e a visão de estadista que tinha Alfonsín abriram caminho para mudanças que marcaram profundamente não só a Argentina, mas a América Latina – disse Sarney na despedida do amigo.

O Plenário do Senado aprovou requerimento de pesar, apresentado pelo senador José Nery (PSOL-PA), pela morte de Alfonsín. Nery salientou que o ex-presidente foi um símbolo do retorno dos países da América do Sul à democracia e da luta pelos direitos humanos.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou Alfonsín como um “extraordinário político”, que atuou em nome da estabilidade e da democracia no continente e reaproximou Brasil e Argentina.

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que Alfonsín é tido como “o pai da democracia” em seu país. João Pedro (PT-AM) lamentou a perda de “um grande democrata da América Latina”. Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou em Alfonsín a simplicidade e o profundo conhecimento dos problemas latino-americanos.

Também se associaram ao requerimento os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Paulo Paim (PT-RS).



José Sarney representou governo brasileiro no funeral de Raúl Alfonsín, em Buenos Aires. Senado aprovou voto de pesar pela morte do ex-presidente

Ministro da Cultura defende nova Lei Rouanet

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, apresentou a José Sarney a proposta do governo federal de reformulação da Lei Rouanet, de incentivo à Cultura. Segundo o ministro, criada com o propósito de garantir benefício fiscal a empresas que investem em produções artísticas, a lei resultou na concentração de incentivos empresariais em obras lucrativas e concentradas nos grandes centros urbanos, negligenciando novas experiências culturais.

Regulamentação das ZPEs será feita esta semana

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, em visita ao presidente do Senado, José Sarney, informou que o presidente Lula assinará esta semana a regulamentação das zonas de processamento de exportação (ZPEs).

– Sarney tem um carinho especial pelas ZPEs, porque o projeto é dele. Daremos início ao processo de aprovação das ZPEs tão logo o presidente assinare a regulamentação – afirmou o ministro.

CNI apresenta agenda legislativa prioritária

O 1º vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), a agenda do setor para 2009, com reivindicação de votação de proposições legislativas. Foram selecionados 119 projetos e elencados 13 como representativos de uma pauta mínima, entre os quais a reforma tributária e outras matérias referentes a mudanças na legislação trabalhista e regulamentação da economia.

Copa: prefeito de Cuiabá pede critério técnico

O prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, manifestou a José Sarney sua preocupação com o risco de interferência política na definição das cidades que sediarão os jogos da Copa Mundial de Futebol em 2014.

– Desejamos que os critérios de escolha das cidades sejam apenas técnicos – disse o prefeito, comentando que Sarney negou a veracidade de boatos segundo os quais ele e o presidente da Câmara, Michel Temer, estariam trabalhando em favor de Campo Grande.

institucional

Parlamentares debatem direito de acesso a informações públicas

O Senado sediou, semana passada, seminário internacional promovido pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, com autoridades brasileiras e especialistas de México, Estados Unidos, Canadá e Chile.

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que participaram do evento, destacaram a importância dos avanços tecnológicos, principalmente a internet, para difundir as informações públicas. Para Arthur Virgílio, a transparência dessas informações e o fácil acesso a elas é um dos mecanismos de combate à corrupção e às práticas contrárias ao regime democrático. Ele defendeu a regulamentação do acesso às informações.

– Se tivermos normas, nós vamos obrigar as pessoas a serem

mais corretas – afirmou.

Na opinião de Aloizio Mercadante, a regulamentação do acesso às informações públicas vai aprimorar a qualidade das políticas públicas, aumentar o controle sobre o Estado e exigir um comportamento pelo qual todo homem público tenha de prestar contas sobre as suas condutas.

– É um direito do cidadão controlar o Estado e todos os atos que por ele forem praticados – afirmou.

Um projeto de lei sobre o acesso a informações públicas deve ser enviado pelo Executivo ao Congresso até o fim do mês. Segundo a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o texto vai estabelecer que órgãos e agentes públicos sejam obrigados a prestar contas sistematizadas de suas atividades.

Instalado comitê gestor de portal de documentos legislativos

Para lançar o Portal LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica na Internet –, com 1 milhão de documentos disponíveis, representantes do Legislativo, Judiciário e Executivo instalaram, na quinta-feira, no Senado, o comitê gestor da informação do portal.

O LeXML Brasil (*lexml.gov.br*), que será lançado no dia 19 de maio, é um portal de busca que facilitará o acesso do público a textos de leis, decretos, acórdãos e súmulas. O comitê vai criar um vocabulário comum de identificação dos documen-

tos dos três Poderes nas esferas federal, estadual e municipal.

O comitê, formado por representantes dos setores de Tecnologia da Informação e Documentação de 18 órgãos federais, é responsável pela gestão do portal. Segundo o diretor da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), Deomar Rosado, o sistema terá “padrões abertos, integração de processos de trabalho e compartilhamento de dados de interesse comum que permitam a identificação e a estruturação de informações legislativas e jurídicas”.

REGIMENTO

A comissão temporária criada para apresentar projeto de resolução com sugestões para reformar o Regimento Interno do Senado discutiu uma norma sugerida pelo relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), que, se acatada, criará a possibilidade de declaração terminativa da prejudicialidade, sujeita a recurso. Pela proposta de Camata, na hipótese de uma comissão aprovar parecer declarando a prejudicialidade de uma matéria, ela será encaminhada diretamente ao Plenário.

PROCESSO PENAL

A comissão de juristas que estuda propostas de mudança no Código de Processo Penal (CPP) sugeriu alterações na composição do tribunal do júri. A principal seria o aumento de sete para oito no número de integrantes, com a absolvição do réu em caso de empate. Outra decisão dos juristas foi a de propor a limitação dos recursos de embargos declaratórios a apenas uma oportunidade. A medida poderá determinar mais celeridade ao julgamento de recursos nos tribunais brasileiros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
AGÊNCIA SENADO
Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sívio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação



JOSE CRUZ/ABR

Na Praça dos Três Poderes, índia de Raposa Serra do Sol aguarda resultado de julgamento no Supremo sobre reserva

Rádio analisa decisão do STF sobre área indígena

Ministros estabeleceram 19 condições que a partir de agora deverão nortear os processos de demarcação de novas terras para os índios no país

Ao decidir sobre conflitos em torno da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, no final do mês passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou criando regras que vão servir de base para a demarcação de novas reservas indígenas.

Como até hoje não foi aprovada lei complementar para regulamentar os direitos dos

índios incluídos na Constituição de 1988, os ministros do STF apresentaram 19 condições que deverão nortear os processos de demarcação de terras. Áreas já demarcadas, por exemplo, não serão mais objeto de revisão.

Para analisar as mudanças que vão ocorrer no processo de demarcação de terras indígenas no país, a Rádio Senado entrevistou o advogado Paulo

Machado Guimarães, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que há mais de 20 anos defende os direitos dos índios no Brasil.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
6/4, segunda-feira, às 10h
Internet: 6/4, segunda-feira

Enem pode unificar vestibulares

O Ministério da Educação pretende unificar o vestibular das instituições federais de ensino superior. A ideia é aperfeiçoar e expandir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), convertendo-o na base do exame de ingresso unificado dessas 55 universidades. Se obtiver a concordância dos reitores, a nova metodologia poderá estar implantada já em 2010. O assunto será discutido nesta segunda-feira, no quadro Entrevista Especial do programa *Conexão Senado*.

Conexão Senado

Senado FM e OC
6/4, segunda-feira, às 8h
Internet: 6/4, segunda-feira

Entrevista com embaixador francês

O Ano França no Brasil é um dos destaques do *Diplomacia* que vai ao ar neste final de semana pela TV Senado. O embaixador da França, Antoine Pouillieute, analisa, em entrevista, as relações franco-brasileiras. Segundo ele, a França considera o Brasil uma potência do século 21 e por isso tem feito acordos de transferência de tecnologia militar e apoia o pleito brasileiro de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU. O programa traz ainda um dossiê sobre os 18 anos do Mercosul.

Diplomacia

TV Senado
11/4, sábado, às 11h30 e 22h30
12/4, domingo, às 9h e 17h

Médico fala sobre artrose

O dr. José Wilson Bonfim Lopes, ortopedista do Hospital de Base de Brasília, esclarece as dúvidas das ouvintes Tânia Dias Labre, de Lizarda (TO), e Regina Ferreira Ribeiro, de Pedro Afonso (TO). Elas escreveram para o programa pedindo informações sobre artrose, dores nas costas e no joelho.

Pergunte ao Doutor

Senado FM
8/4, quarta-feira, às 7h30
Internet: 8/4, quarta-feira

Páscoa com música de Debussy

A música de Claude Debussy é o tema do programa *Conversa de Música - Concertos*. A peça apresentada pelo maestro Lincoln Andrade no domingo de Páscoa é *Imagens para Orquestra*, executada pela orquestra da Accademia Nazionale de Santa Cecilia, em Roma, na Itália, com a regência de Leonard Bernstein.

Conversa de Música

TV Senado
12/4, domingo, às 10h, 18h e 24h



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Aposentados

"Quero parabenizar os senadores Paulo Paim, Mão Santa, Mário Couto e Romeu Tuma, que sempre estão cobrando da Câmara dos Deputados a aprovação na íntegra dos projetos 3.299/08 e 4.434/08, já aprovados por unanimidade no Senado. É bom lembrar que estamos esperando desde 2003 por esse dia."

Daniilo Andrade, de Campo Largo (PR)

PEC dos Vereadores

"Neste momento em que empresários, trabalhadores e sindicatos lutam pela conservação de empregos, se dispondo a reduzir salários e horas trabalhadas, sinto-me envergonhado pela defesa da emenda constitucional que aumenta em 7.343 o número de vereadores. Seria muito mais honroso que senadores, deputados federais e estaduais e também os vereadores propusessem a redução de seus salários. Aliás, qual é a participação de nossos legisladores no PIB brasileiro?"

José Pinho de Oliveira, de São Paulo (SP)

Procon

"Solicito que os senadores se empenhem junto ao Ministério da Justiça e ao Poder Executivo do estado da Bahia, para obrigar a rápida instalação do sistema municipal de defesa do consumidor, ou seja, o Procon, pois o projeto já foi aprovado, mas o órgão não foi criado. Seria importante saber as causas."

Pedro Oliveira Santos, de Irecê (BA)

Prisão especial

"Gostaria de solicitar aos senadores que revisem o projeto de reforma do Código Penal que exclui uma categoria importante de ter o benefício da prisão especial. O projeto somente incluiu a categoria dos delegados, excluindo os agentes policiais e militares. Ora, esses servidores estatais trabalham

incansavelmente no cumprimento da lei penal, se infiltrando nas investigações policiais e prendendo toda a sorte de bandidos. São eles que mais diretamente se envolvem na captura dos autores de crimes, com prejuízo da sua segurança pessoal e familiar. Não obstante, o policial foi excluído do benefício da prisão especial, estando sujeito a ser preso juntamente com o bandido que ele talvez tenha ajudado a prender para pacificar a sociedade. A meu ver trata-se de uma discriminação sem medida."

Luciano Lívio da Costa, de Teresina (PI)

Nota da redação: A proposta (PLC 111/08) foi aprovada pelo Senado na semana passada (leia mais na página 7) atribuindo ao juiz a responsabilidade de decidir se o preso deve ser colocado em local diverso dos demais, por medida de segurança, independentemente de sua condição social, profissional ou grau de escolaridade.

Legislativo na internet

"Quero parabenizar o senador Cristovam Buarque pelo interesse em colocar as informações do Legislativo na internet. A medida iria ampliar em muito a democracia no país, sendo que a participação dos eleitores seria muito mais efetiva nos projetos e sugestões, dando mais transparência e visibilidade aos trabalhos realizados pelos parlamentares brasileiros."

Moizes Budin, de União da Vitória (PR)

Bibliotecas públicas

"Sugiro aos senadores que todo material impresso pela gráfica do Senado, e especificamente o exemplar da Constituição de 1988 atualizado, seja doado às bibliotecas públicas municipais. Dessa forma, muitos brasileiros que não têm acesso ou condições de adquirir esse material poderão se informar a respeito de seus direitos e deveres como cidadãos."

Leonardo Ferreira do Nascimento, de Rondonópolis (MT)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Aqui não estamos tratando de diretor de fantasia, de invenção de penduricalho para melhorar salário de quem quer que seja. Está na hora de separarmos mesmo o joio do trigo

Arthur Virgílio, depois de ler carta das associações dos Consultores Legislativos e de Orçamento e dos Profissionais de Comunicação Social do Senado na qual manifestam desconforto dos servidores da Casa "por estarem sendo responsabilizados coletivamente por eventuais irregularidades cometidas por indivíduos no exercício de cargos ou funções".

Se me perguntarem qual o fato mais grave, eu falo com a autoridade de ser o mais velho, o mais antigo e, portanto, o mais culpado: é a nossa omissão



FOTOS: GERALDO MAGELA

Pedro Simon, ao sugerir aos 81 senadores que se reúnam mensalmente no Plenário para debater tudo o que se passa no Senado.

Os prefeitos são vítimas há quase sete anos de uma mentira constante por parte deste governo, que lhes promete pacto, acordo, repactuação de dívida e, acima de tudo, dias melhores

Heráclito Fortes, para quem a União asfixia os municípios brasileiros.

Os produtores não podem ser enquadrados nos mesmos padrões de risco aplicados ao crédito ao consumidor e ao cheque especial. Se for assim, a maioria não vai ter acesso ao crédito para a safra 2009/2010

Gilberto Goellner, criticando tratamento dado aos agricultores que já renegociaram suas dívidas.

As prefeituras é que vão pagar as benesses do governo, que mais uma vez está dando esmolas com chapéu alheio

Efraim Morais, ao advertir que redução de IPI causa problemas às prefeituras, devido à diminuição nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

É maledicência inaceitável. O que queriam é tentar descobrir que esses recursos não eram para pagar o fretamento, mas uma picaretagem para pagar o combustível do meu próprio avião. É absolutamente ridículo. Era a essa denúncia que queriam chegar, mas não chegaram e não vão chegar nunca

Tasso Jereissati, contestando denúncia de que teria fretado jatos particulares ilegalmente com recursos do Senado.

Minha vida é limpa e não tenho funcionário fantasma

Mão Santa, rebatendo denúncias de que teria um funcionário fantasma e de que um de seus assessores teria pedido dinheiro à construtora Camargo Corrêa para campanha.



pergunte ao senador

"Diante do aumento na venda de automóveis com a redução de impostos – como é o caso do IPI –, que tem ajudado a indústria automobilística e os consumidores, não seria o caso de fazer uma reforma tributária para que o país possa enfrentar melhor a crise econômica mundial?"

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)



Bases para uma reforma tributária

O senador **Papaléo Paes (PSDB-AP)** responde:

Prezado Juvêncio, o Congresso está discutindo há algum tempo a reforma tributária, mas acredito que o texto, do jeito que está, não contribuiria para diminuir os efeitos da crise. As mudanças estão voltadas mais para garantir uma arrecadação maior para o governo, sem desonerar os altos impostos cobrados hoje. Eu considero a carga tributária brasileira insuportável. Os brasileiros pagam em média por ano o equivalente a quatro meses de salário. Por outro

lado, mexer no texto em discussão para adequá-lo a este momento especial que estamos passando também não me parece uma boa ideia. Acredito que a reforma não deve ser feita de forma açodada e muito menos com medidas visando resolver problemas que podem estar superados daqui a algum tempo. Precisamos, sim, promover uma reforma que acabe com o peso excessivo dos impostos e contribuições sobre o setor produtivo, para criar mais empregos e fazer com que a população possa consumir mais. Eu condeno o caráter regressivo do sistema tributário nacional, que onera mais os pobres do que os ricos, aprofundando a desigualdade social, e por isso precisamos de mais tempo para mudar o texto aprovado pelo Senado que agora está sendo discutido na Câmara.

Justiça ao alcance de todo cidadão

A criação dos juzados especiais pela União (no caso do Distrito Federal e territórios) e pelos estados, prevista na Constituição de 1988, tornou-se realidade em 1995. A intenção foi resolver causas consideradas simples, buscando sempre o acordo, além de facilitar o acesso da população ao Judiciário, com a dispensa, em alguns casos, da presença de um advogado. Saiba como funciona essa instância judiciária.

Casos em que é possível recorrer ao juzado especial

A Lei 9.099, de setembro de 1995, criou os juzados especiais, divididos em cíveis – para julgar pedidos de reparação por danos que não ultrapassem 40 salários mínimos, o que corresponde atualmente a R\$ 18.600 – e criminais, para resolver delitos de pouca gravidade. A presença de um advogado para representar as partes envolvidas numa ação do juzado especial cível é facultativa se o valor da causa alcançar até 20 salários mínimos. No entanto, se uma das partes estiver acompanhada de advogado, a outra tem direito à assistência de um defensor público que atua no próprio juzado. Em causas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência do advogado é obrigatória.

Saiba em que outras hipóteses as causas cíveis são consideradas de menor complexidade e podem ser julgadas nos juzados especiais, o que garante a elas um andamento mais ágil:

- arrendamento rural e parceria agrícola;
- cobrança ao condômino de

quantias devidas ao condomínio;

- ressarcimento por danos em prédio urbano;
- ressarcimento por danos causados em acidente de trânsito;
- cobrança de seguro por danos causados em acidente de trânsito;
- cobrança de honorários dos profissionais liberais;
- ação de despejo para uso próprio;
- ações de posse sobre bens imóveis de valor até 40 salários mínimos.

De acordo com a lei, estão excluídas da competência do juzado especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, além das relativas a acidentes de trabalho e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial. Dessa forma, ações como pedidos de pensões alimentícias, divórcio ou contestação de um débito sobre Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não podem ser julgadas nos juzados especiais cíveis.



Ações que pedem ressarcimento de danos causados por acidentes de trânsito são comuns nos juzados especiais cíveis

► Processo simplificado busca conciliação

Os juzados especiais cíveis tiveram origem em uma experiência extralegal, iniciada por juízes gaúchos e seguida por magistrados paranaenses e baianos, com a criação dos conselhos de Conciliação e Arbitramento, em 1982. O desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Antonio Pessoa Cardoso lembra que os conselhos eram compostos por

pessoas idôneas da comunidade, de preferência escolhidos entre advogados, juizes e promotores aposentados. Em 1984, uma lei federal (Lei 7.244) criou os juzados especiais de pequenas causas para ações de valor inferior a 20 salários mínimos.

Atualmente, a Lei 9.099/95, que revogou a anterior, prevê que, após a ação ter sido pro-

posta, por escrito ou oralmente, na secretaria do juzado especial cível, haverá a atuação de conciliadores e juizes leigos em uma sessão de conciliação. Os conciliadores são recrutados entre os bacharéis em Direito e os juizes leigos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência, ficando esses últimos impedidos de atuar como advogados em processos nos juzados.

Se a atuação do conciliador for bem-sucedida, o processo é encaminhado ao juiz, que deverá homologar o acordo. Caso contrário, é marcada uma sessão de instrução e julgamento, presidida por juiz. Recomenda-se que o autor da ação junte ao seu pedido todos os documentos que comprovem sua reclamação. É permitida a apresentação de, no máximo, três testemunhas. A reclamação deve conter nome e endereço das partes (autor e réu); descrição do fato ocorrido e valor da indenização pretendida.



Os crimes no juzado especial

No juzado especial criminal são julgadas infrações penais de menor potencial ofensivo. São assim consideradas as contravenções penais e os crimes que tenham pena máxima prevista em lei de até dois anos, associada ou não a multa. Exemplos:

- ➔ agredir ou provocar ferimentos leves em alguém;
- ➔ fazer ameaças com intenção de amedrontar alguém;
- ➔ praticar atos obscenos;
- ➔ perturbar a tranquilidade de alguém;
- ➔ violar ou destruir correspondência alheia.

As vítimas que buscam reparação pelo dano sofrido podem procurar o juzado especial criminal gratuitamente e sem necessidade de contratar advogado. A vítima pode registrar ocorrência em uma delegacia de polícia, apresentando carteira de identidade e dados pessoais (profissão, estado civil, endereço), ou ir diretamente ao juzado especial criminal. Menores de 18 anos precisam ter um representante legal.

O acusado será intimado a comparecer à audiência preliminar acompanhado de advogado. Na falta de advogado, a Justiça designará um defensor público. O objetivo do juzado especial criminal é promover a reparação reclamada e a aplicação de penas não restritivas de liberdade, hipótese em que a condenação do réu seja a de cumprir penas educativas, como a doação de cestas básicas, a prestação de serviço em instituições públicas ou privadas ou a frequência obrigatória em algum curso. No entanto, dependendo da infração cometida, o juiz pode determinar a prisão do réu.

► Causas mais comuns

Os problemas mais comuns levados ao juzado especial cível são aqueles que envolvem relações de consumo (como a compra de uma mercadoria com defeito), ressarcimento de danos causados por acidentes de trânsito e pedido de despejo de um inquilino para uso próprio do imóvel.

A lei determina que somente pessoas físicas maiores de 18 anos e capazes podem propor ação nessa instância judiciária.

Não podem ser parte no processo:

- ➔ incapaz: pessoa que, por sua condição física e mental, não tem capacidade de exercer por si mesma certos direitos e obrigações;
- ➔ preso;
- ➔ pessoas jurídicas de direito público (União, o estado ou o município);
- ➔ empresas públicas da União;
- ➔ massa falida: conjunto de bens e obrigações da empresa falida;

➔ insolvente civil: pessoa física que tem dívidas superiores ao valor de seus bens.

O recurso da decisão do juiz está previsto na Lei 9.099/95 e será julgado por três juizes de Direito. Mas nessa fase do processo é obrigatório que as partes sejam representadas por advogados, e quem perder a causa deve pagar as despesas do processo, conhecidas como custas processuais. Pessoas carentes têm direito a defensores públicos e isenção das custas para recurso.

Na Justiça Federal, os juzados especiais foram criados a partir da Lei 10.259/01, admitindo causas cujo pedido seja de até 60 salários mínimos – ou R\$ 27.500 atuais. Nesses processos podem ser partes:

- ➔ como autores: pessoas físicas, micro e pequenas empresas;
- ➔ como réus: a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Projetos de lei

PLS 302/05 – Apresentado pelo senador César Borges (PR-BA), modifica a Lei 9.099/95 para incluir entre as causas de competência dos juzados especiais aquelas relativas a separação, divórcio, investigação de paternidade, guarda de filhos, regulamentação de direito de visitas, alimentos, busca e apreensão de menores. A proposta ainda não recebeu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda decisão terminativa, ou seja, se for aprovada, não precisa ser examinada em Plenário, sendo enviada diretamente à Câmara dos Deputados.

PLC 1.675/07 – Do deputado Dr. Nechar (PV-SP), também altera a lei 9.099/95 para permitir que as microempresas apresentem ações perante os juzados especiais. A proposta está sendo analisada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.